

PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

LICENCIATURA EM **Matemática**

Campus Frederico Westphalen

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

LICENCIATURA EM

Matemática

Campus Frederico Westphalen

Aprovada a Criação do Curso pela Resolução do Conselho Superior nº 009/2018 de 27 de março de 2018.

Aprovado o Projeto Pedagógico do Curso pela Resolução nº _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA
E TECNOLOGIA FARROUPILHA



Michel Temer

Presidente da República

Rossieli Soares da Silva

Ministro da Educação

Eline Neves Braga Nascimento

Secretário da Educação Profissional e
Tecnológica

Carla Comerlato Jardim

Reitora do Instituto Federal Farroupilha

Edison Gonzague Brito da Silva

Pró-Reitor de Ensino

Raquel Lunardi

Pró-Reitora de Extensão

Arthur Frantz

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação
e Inovação

Nídia Heringer

Pró-Reitora de Desenvolvimento
Institucional

Vanderlei José Pettenon

Pró-Reitora de Administração

Carlos Guilherme Trombetta

Diretor Geral do *Campus*

Bruno Batista Boniati

Diretor de Ensino do *Campus*

Márcia Rejane Kristiuk Zancan

Coord. Geral de Ensino do *Campus*

Daiani Finatto Bianchini

Coordenadora do Curso

Equipe de elaboração

Cleber Mateus Duarte Porciuncula

Daiani Finatto Bianchini

Fernando José Vinhas Coelho

Graciela Fagundes Rodrigues

Márcia Rejane Kristiuk Zancan

Renata Zachi

Rodrigo Poggia

Colaboração Técnica

Núcleo Pedagógico do *Campus*

Assessoria Pedagógica da PROEN

Revisora Textual

Graciela Fagundes Rodrigues

SUMÁRIO

1.	DETALHAMENTO DO CURSO	7
2.	CONTEXTO EDUCACIONAL.....	8
2.1.	Histórico da Instituição.....	8
2.2.	Justificativa de oferta do curso	11
2.3.	Objetivos do Curso.....	14
2.3.1.	Objetivo Geral.....	14
2.3.2.	Objetivos Específicos	14
2.4.	Requisitos e formas de acesso.....	15
3.	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	15
3.1.	Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão	15
3.2.	Políticas de Apoio ao discente	17
3.2.1.	Assistência Estudantil.....	17
3.2.2.	Núcleo Pedagógico Integrado (NPI).....	18
3.2.3.	Atendimento Pedagógico, Psicológico e Social	19
3.2.4.	Atividades de Nivelamento	19
3.2.5.	Mobilidade Acadêmica.....	20
3.2.6.	Educação Inclusiva	20
3.2.6.1.	Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE)	22
3.2.6.2.	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI).....	23
3.2.6.3.	Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS)	24
3.3.	Programa Permanência e Êxito.....	25
3.3.1.	Acompanhamento de Egressos	27
4.	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	27
4.1.	Perfil do Egresso	27
4.1.1.	Áreas de atuação do Egresso.....	29
4.2.	Metodologia	29
4.3.	Organização curricular	31
4.4.	Matriz Curricular	33
4.4.1.	Pré-Requisitos.....	35
4.5.	Representação gráfica do perfil de formação	37
4.6.	Prática Profissional.....	38

4.6.1.	Prática enquanto Componente Curricular - PeCC	38
4.6.2.	Estágio Curricular Supervisionado	39
4.7.	Atividades Acadêmico-científico-culturais	40
4.8.	Disciplinas Eletivas	42
4.9.	Avaliação	43
4.9.1.	Avaliação da Aprendizagem	43
4.9.2.	Autoavaliação Institucional	43
4.9.3.	Avaliação do Curso.....	44
4.10.	Critérios e procedimentos para aproveitamento de estudos anteriores.....	45
4.11.	Critérios e procedimentos de certificação de conhecimento e experiências anteriores.....	46
4.12.	Expedição de Diploma e Certificados.....	46
4.13.	Ementário	47
4.13.1.	Componentes curriculares obrigatórios	47
4.13.2.	Componentes curriculares eletivos	63
4.13.2.1.	Eletivas Pedagógicas	63
4.13.2.2.	Eletivas Específicas.....	65
5.	CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO.....	66
5.1.	Corpo Docente	66
5.1.1.	Atribuições do Coordenador	69
5.1.2.	Colegiado do Curso	69
5.1.3.	Núcleo Docente Estruturante (NDE)	69
5.2.	Corpo Técnico Administrativo em Educação	70
5.3.	Políticas de capacitação do corpo Docente e Técnico Administrativo em Educação	71
6.	INSTALAÇÕES FÍSICAS.....	71
6.1.	Biblioteca.....	71
6.2.	Áreas de ensino específicas.....	72
6.3.	Áreas de esporte e convivência	72
6.4.	Áreas de atendimento ao discente	72
6.5.	Áreas de apoio	73
7.	REFERÊNCIAS	74
8.	ANEXOS	77

1. DETALHAMENTO DO CURSO

Denominação do Curso: Curso Superior de Licenciatura em Matemática

Grau: Licenciatura

Modalidade: Presencial

Área de conhecimento: Ciências Exatas e da Terra

Ato de Criação do curso: Resolução nº 009/2018 do Conselho Superior, de 27 de março de 2018

Quantidade de Vagas: 30

Turno de oferta: noturno

Regime Letivo: semestral

Regime de Matrícula: por componente curricular

Carga horária total do curso: 3376 horas

Carga horária de estágio: 400 horas

Carga Horária de PeCC (Prática enquanto Componente Curricular): 400 horas

Carga horária de ACC: 200 horas

Tempo de duração do Curso: 4 anos (8 semestres)

Tempo máximo para Integralização Curricular: 7 anos (14 semestres)

Periodicidade de oferta: anual

Local de Funcionamento: Linha Sete de Setembro, s/n, BR 386, Km 40 Interior – CEP 98400 000 – Frederico Westphalen – Rio Grande do Sul/RS.

Coordenador(a) do Curso: Daiani Finatto Bianchini

Contato do(a) Coordenador(a): coordmat.fw@iffarroupilha.edu.br

2. CONTEXTO EDUCACIONAL

2.1. Histórico da Instituição

O Instituto Federal Farroupilha (IF Farroupilha) foi criado a partir da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008) mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul com sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, além de uma Unidade Descentralizada de Ensino que pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, situada no município de Santo Augusto. Assim, o IF Farroupilha teve na sua origem quatro *Campi*: *Campus* São Vicente do Sul, *Campus* Júlio de Castilhos, *Campus* Alegrete e *Campus* Santo Augusto.

No ano de 2010, o IF Farroupilha expandiu-se com a criação do *Campus* Panambi, *Campus* Santa Rosa e *Campus* São Borja; no ano de 2012, com a transformação do Núcleo Avançado de Jaguari em *Campus*; em 2013, com a criação do *Campus* Santo Ângelo e com a implantação do *Campus* Avançado de Uruguaiana. Em 2014, foi incorporado ao IF Farroupilha o Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, que passou a chamar-se *Campus* Frederico Westphalen e foram instituídos seis Centros de Referência nas cidades de Candelária, Carazinho, Não-Me-Toque, Santiago, São Gabriel e Três Passos. Assim, o IF Farroupilha constitui-se por dez *Campi* e um *Campus* Avançado, em que ofertam cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos de nível médio, cursos superiores e cursos de pós-graduação, além de outros Programas Educacionais fomentados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Além desses *Campi*, o IF Farroupilha atua em 30 cidades do Estado, com polos que ofertam cursos técnicos na modalidade de ensino a distância.

A Reitoria está localizada na cidade de Santa Maria, a fim de garantir condições adequadas para a gestão institucional, facilitando a comunicação e integração entre os *Campi*. Enquanto autarquia, o IF Farroupilha possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, atuando na oferta de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Nesse sentido, os Institutos são equiparados às universidades, como instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, além de detentores de autonomia universitária.

Com essa abrangência, o IF Farroupilha visa à interiorização da oferta de educação pública e de qualidade, atuando no desenvolvimento local a partir da oferta de cursos voltados para os arranjos produtivos, culturais, sociais e educacionais da região. Assim, o IF Farroupilha, com sua recente trajetória institucional, busca perseguir este propósito, visando constituir-se em referência na oferta de educação profissional e tecnológica, comprometida com as realidades locais.

O *Campus* Frederico Westphalen do Instituto Federal Farroupilha, localizado à Linha Sete de Setembro, s/n, no município de Frederico Westphalen, protagoniza uma longa história no contexto de educação profissional no país.

O IF Farroupilha Campus Frederico Westphalen, é oriundo de um contexto histórico vinculado a um estabelecimento de ensino criado pela Lei nº 3.215, de 19 de julho de 1957, denominado de Escola de Iniciação Agrícola de Frederico Westphalen. Após nove (09) anos de atividades na condição de Escola de Iniciação Agrícola, passa a ser Ginásio Agrícola em 11 de abril de 1966 e, pelo Decreto nº 60.731 de 19 de maio de 1967, é transferida do Ministério da Agricultura para a Diretoria do Ensino Agrícola (DEA), pertencente ao Ministério da Educação e Cultura. No ano de 1968, incorpora-se à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mediante Decreto nº 62.178, de 25 de janeiro de 1968 e, pelo mesmo Decreto é transformado de Ginásio para Colégio Agrícola e no ano seguinte (1969), passa a oferecer o Curso de Técnico Agrícola. Pelo Decreto Lei nº 64.827 de 16 de Julho de 1969, houve nova redação para os artigos 3º e 4º do Decreto nº 62.178/1968, estabelecendo que a orientação didático-pedagógica seria pela UFSM. Por intermédio do Decreto-Lei nº 627, de 13 de Junho de 1969, os Recursos Humanos, alocados no Ministério de Educação e Cultura, foram transferidos para a UFSM. Desse modo, o Colégio Agrícola de Frederico Westphalen (CAFW), de 1966 a 1997 dedicou suas atividades ao ensino na área agrícola. Em 03 de agosto de 1998, o Colégio Agrícola iniciou dois cursos novos: o Curso Técnico em Informática e o Curso Técnico Agrícola com Habilitação em Agroindústria.

Em 2007, foi implantado o PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – atendendo ao Decreto Federal nº 5.480 de 13 de julho de 2006. Em agosto de 2009, o *Campus* abre suas portas para as primeiras turmas dos cursos de graduação. A partir de então a Instituição passa a oferecer o Curso Superior de Tecnologia em Alimentos e o Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet.

A portaria nº 1.075, de 30 de dezembro de 2014 estabelece a transição do Colégio Agrícola Frederico Westphalen, vinculado à Universidade Federal de Santa Maria, para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Em fevereiro de 2015 iniciaram-se as atividades letivas com quatro cursos: Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Curso Técnico em Agropecuária Subsequente, Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet. A inserção da Instituição nesta nova realidade permitiu a ampliação da oferta de cursos e vagas, denotando, em pouco tempo, um significativo crescimento.

No ano de 2016 inicia-se o curso de Bacharelado em Administração. Ainda em 2016, o *Campus* aprova no Conselho Superior a criação do curso de Bacharelado em Medicina Veterinária, cuja primeira turma teve início no primeiro semestre de 2018.

2.2. Justificativa de oferta do curso

Com a migração do Colégio Agrícola Frederico Westphalen (CAFW/UFSM) para o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Farroupilha inaugura-se uma nova etapa histórica da Instituição ampliando as possibilidades de inserção das atividades na comunidade regional e promovendo a necessária adequação dos fins pedagógicos à nova Instituição que passa a pertencer.

Desta forma, a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) visou adequar as finalidades de ensino vigentes no Colégio Agrícola de Frederico Westphalen às finalidades e objetivos propostos pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A criação do Curso de Licenciatura em Matemática justifica-se pela necessidade de atender as finalidades desta Instituição bem como ampliar a oferta de educação pública e gratuita relacionada à formação de professores nesta área.

Além disso, a Lei 11.892/2008 define que no desenvolvimento da sua ação acadêmica, os Institutos Federais, precisam contemplar, na sua oferta, o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender a educação profissional técnica de ensino médio integrada (regular e Proeja): “I-ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;” (BRASIL, 2008). Ademais, devem prever o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional (BRASIL, 2008).

No ano de 2018, o panorama das matrículas no IF Farroupilha *Campus Frederico Westphalen* distribuiu-se nos seguintes quantitativos conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Número de alunos regularmente matriculados no IF Farroupilha – *Campus Frederico Westphalen* (referência mar/2018).

Educação Superior	Sistemas para Internet		101	14,06%
	Bacharelado em Administração		115	16,01%
	Bacharelado em Medicina Veterinária		40	5,57%
	Total		256	35,65%
Educação Básica	Ensino Médio Integrado	Técnico em Informática	94	13,09%
		Técnico em Agropecuária	285	39,69
		Total	379	52,78%
	Técnico em Agropecuária - Subsequente		83	11,55%
Total de alunos			718	100%

Fonte: Setor de Registros Acadêmicos IF Farroupilha - *Campus Frederico Westphalen*.

Conforme se evidencia no quadro 1, o predomínio das matrículas localiza-se no ensino médio integrado com mais da metade do total de alunos. O ensino superior representa em torno de 35,65%.

A proposta de criação do curso de Licenciatura em Matemática ocorreu durante o amplo processo de discussão com a comunidade regional em virtude da migração do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen para o Instituto Federal Farroupilha. Foram realizadas várias audiências públicas microrregionais que tiveram como propósito discutir esta transição e ouvir a comunidade local sobre as demandas em termos de formação profissional. Em todos estes momentos, as manifestações evidenciaram que há necessidade de se investir na formação de professores para a Educação Básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática. Além disso, entende-se que este é um dever social dos Institutos Federais no desenvolvimento regional visto que ofertará formação gratuita em um segmento extremamente carente de investimentos e importante para o desenvolvimento do país que é a formação de professores.

O curso de Licenciatura em Matemática não requer investimentos elevados em relação à infraestrutura no que diz respeito a laboratórios e equipamentos específicos, como pré-requisitos para sua implementação e desenvolvimento do curso. No que tange a infraestrutura não é necessário investir em novas construções, apenas adequações pontuais de espaços já existentes no *Campus*. Os investimentos mais representativos são a aquisição de material bibliográfico específico assim como equipamentos para viabilizar um laboratório de estudos e práticas em Matemática, este último poderá ser adquirido ao longo dos primeiros dois anos do curso.

A escolha pela Licenciatura em Matemática fundamenta-se por ser uma área de conhecimento presente em todas as etapas da educação básica. O curso de Licenciatura pretende formar docentes em nível superior para atuarem no ensino fundamental e médio, bem como em todos os níveis e modalidades que essa disciplina se faz presente. Por esta razão, o licenciado em Matemática deverá estar apto a atuar, tanto em instituições públicas e privadas, sejam elas de educação profissional ou não assim como na educação de jovens e adultos (EJA), para citarmos alguns exemplos e, com isso, evidenciarmos o amplo e diversificado espaço de atuação disponíveis aos egressos do curso.

Quanto ao território de atuação, de acordo com a divisão atribuída pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs, o *Campus* Frederico Westphalen localiza-se na Região do Médio Alto Uruguai, situando-se ao Norte do Estado do Rio Grande do Sul. Esta região é composta por 22 municípios, com suas respectivas redes de ensino, coordenadas pelas Secretarias Municipais de Educação. Esses municípios também ofertam o ensino estadual que é gerido por três Coordenadorias Regionais de Educação (CRE): 20ª Coordenadoria Regional de Educação, com sede no município de Palmeira das Missões; 21ª Coordenadoria Regional de Educação, com sede no município de Três Passos e 39ª Coordenadoria Regional de Educação, com sede no município de Carazinho. Estas três Coordenadorias abrangem 69 municípios e apresentam uma configuração quanto aos níveis e modalidades de ensino, conforme dados constantes do Quadro 2, sendo eles possíveis espaços de atuação do licenciado em Matemática.

Quadro 2. Número de estabelecimentos de ensino por etapas nas Coordenadorias de Educação de abrangência do Campus Frederico Westphalen.

20ª COORDENADORIA- Palmeira das Missões			
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional
ESTADUAL	83	34	7
FEDERAL	0	0	2
MUNICIPAL	100	0	0
PARTICULAR	2	3	0
21ª COORDENADORIA- Três Passos			
ESTADUAL	72	27	8
FEDERAL	0	0	1
MUNICIPAL	73	0	0
PARTICULAR	2	1	0
39ª COORDENADORIA- Carazinho			
ESTADUAL	56	28	4
FEDERAL	0	0	0
MUNICIPAL	70	0	4
PARTICULAR	9	6	0
TOTAL	467	99	26

Fonte: Censo Escolar da Educação. Secretaria Estadual de Educação, 2016.

O quadro 2 explicita a existência de 467 escolas com Ensino Fundamental, 99 escolas com Ensino Médio e 26 escolas de Educação Profissional na região de abrangência do *Campus* Frederico Westphalen, o que ratifica a necessidade de constante formação de profissionais da Matemática, visto que é uma área de conhecimento presente em todos os anos do ensino fundamental e médio contando com uma carga horária bastante expressiva e com capacidade para absorver os profissionais em formação.

Quanto à oferta de vagas para formação inicial de professores de Matemática, a região oferece possibilidade apenas em universidades privadas. A oferta de vagas públicas mais próxima do município de Frederico Westphalen é no IF Farroupilha *Campus* Santa Rosa, localizado a 230 km, ou no estado de Santa Catarina, no Instituto Federal Catarinense, *Campus* Concórdia, localizado a 200 km de Frederico Westphalen. Em ambos os casos o deslocamento diário para frequentar as aulas é impossibilitado em função da distância.

Neste sentido, a criação do curso de licenciatura em Matemática busca proporcionar o ingresso da população local e regional no ensino superior; evitar a migração, principalmente dos jovens, para centros urbanos para qualificação profissional; propiciar que os graduados atuem em seus municípios de origem; estimular o desenvolvimento socioeconômico na região e, especialmente, contribuir com a formação de profissionais da educação na área de Matemática seja como primeira Licenciatura e/ou formação complementar.

De acordo com o exposto em relação à legislação vigente e as demandas regionais entendemos que uma Licenciatura em Matemática contribuirá com a formação de novos profissionais na área da educação fomentando o desenvolvimento da comunidade regional.

2.3. Objetivos do Curso

2.3.1. Objetivo Geral

O curso de Licenciatura em Matemática tem como objetivo geral formar profissionais qualificados capazes de atuar na educação básica e em outros espaços educativos, formais ou informais, bem como de prosseguirem seus estudos na pós-graduação, possibilitando a formação de cidadãos com embasamento teórico-metodológico e de futuros professores com capacidade de posicionarem-se de maneira crítica, criativa, responsável, construtiva e autônoma no processo escolar e social.

2.3.2. Objetivos Específicos

- Contribuir para a inserção no mercado de trabalho de profissionais Licenciados em Matemática para a educação de cidadãos capazes de conhecer, analisar, detectar e propor alternativas para a melhoria das condições de educação da região;
- Capacitar os alunos para desenvolverem projetos educacionais, bem como experimentos e modelos teóricos pertinentes à sua atuação;
- Construir ferramentas de valor pedagógico no domínio e uso da Matemática, Informática, História e Filosofia das Ciências, e de disciplinas complementares à sua formação;
- Despertar no aluno o comportamento ético e o exercício coletivo de sua atividade, levando em conta as relações com outros profissionais e outras áreas de conhecimento, tanto no caráter interdisciplinar como multidisciplinar ou transdisciplinar;
- Formar profissionais de nível superior abertos ao diálogo, ao aperfeiçoamento contínuo e de perfil investigativo;
- Promover no aluno o processo de construção das relações homem–mundo presentes no tripé Ciência–Tecnologia–Sociedade, na evolução histórica- transformadora do conhecimento científico e tecnológico.

2.4. Requisitos e formas de acesso

Para ingresso no Curso Superior de Licenciatura em Matemática é necessário ter concluído o Ensino Médio e ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio - Enem. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), o Enem foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade. A partir de 2009, passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior de graduação, através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), que é um sistema informatizado gerenciado pelo MEC, no qual as instituições públicas de Ensino Superior oferecem suas vagas.

O Processo Seletivo do SiSU é realizado duas vezes ao ano, entretanto o IF Farroupilha optou por ofertar vagas sempre no primeiro semestre de cada ano, tendo em vista a periodicidade anual de oferta de vagas dos seus cursos superiores de graduação. A inscrição dos candidatos no SiSU, para os cursos superiores de graduação do IF Farroupilha, é gratuita e ocorre no início do primeiro semestre letivo, sempre pela internet. A cada edição do SiSU, as IES ofertam suas vagas e os candidatos melhores classificados são selecionados para ingresso.

Neste cenário, a seleção para ingresso nos cursos superiores de graduação do IF Farroupilha se dá via SiSU, definindo-se a reserva de 30% das vagas para essa forma de ingresso e os demais 70% das vagas terão seleção através da nota do Enem, com a inscrição realizada pelo candidato diretamente no IF Farroupilha, conforme Resolução CONSUP nº 02/2018.

3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

3.1. Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão

As políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do Curso de Licenciatura em Matemática estão em consonância com as políticas constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal Farroupilha, as quais convergem e contemplam as necessidades do curso.

O ensino proporcionado pelo IF Farroupilha é oferecido por cursos e programas de formação inicial e continuada, de educação profissional técnica de nível médio e de educação superior de graduação e de pós-graduação, desenvolvidos articuladamente à pesquisa e à extensão, sendo o currículo fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto Político Pedagógico Institucional e norteadas pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política, da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação

como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, ciência, tecnologia e ser humano.

Além das atividades de ensino realizadas no âmbito do currículo, a Instituição oferece o financiamento a Projetos de Ensino através do Programa Institucional de Projetos de Ensino (PROJEN), com vistas ao aprofundamento de temas relacionados à área formativa do curso, nos quais os alunos participantes podem atuar como bolsistas, monitores, público-alvo ou ainda visando aprofundar seus conhecimentos.

As ações de pesquisa do IF Farroupilha constituem um processo educativo para a investigação, objetivando a produção, a inovação e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, artístico-culturais e desportivos, articulando-se ao ensino e à extensão e envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, ao longo de toda a formação profissional, com vistas ao desenvolvimento social, tendo como objetivo incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim. Neste sentido, são desenvolvidas as seguintes ações: apoio à iniciação científica, a fim de despertar o interesse pela pesquisa e instigar os estudantes na busca de novos conhecimentos.

O IF Farroupilha possui um Programa Institucional de Pesquisa, que prevê o Processo Seletivo de Cadastro e Aprovação de Projetos de Pesquisa – Boas Ideias, o qual aprova e classifica os projetos; Mentores Brilhantes, que disponibiliza taxa de bancada para custear o projeto e Jovens Cientistas, que oferece bolsa para alunos, além de participar de editais do CNPq (PIBIC-AF, PIBIC, PIBIC-EM; PIBITI), da Capes (Jovens talentos para a Ciência) e da FAPERGS (PROBITI, PROBIC). No mesmo enfoque, há o Programa Institucional de Incentivo à Produtividade em Pesquisa e Inovação Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha, que oferece bolsa de pesquisador para os docentes.

As ações de extensão constituem um processo educativo, científico, artístico-cultural e desportivo que se articula ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, com o objetivo de intensificar uma relação transformadora entre o IF Farroupilha e a sociedade e tem por objetivo geral incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de extensão, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim.

O Instituto possui o programa institucional de incentivo à extensão (PIIEX), no qual os estudantes podem auxiliar os coordenadores na elaboração e execução destes projetos. Os trabalhos de pesquisas e extensão desenvolvidos pelos acadêmicos podem ser apresentados nos eventos acadêmicos promovidos pelo *Campus* e na Mostra da Educação Profissional e Tecnológica promovida por todos os *Campi* do IF Farroupilha, além disso, é dado incentivo a participação de eventos, como Congressos, Seminários entre outros, que estejam relacionados à área de atuação dos mesmos.

Os estudantes do curso de Licenciatura em Matemática são estimulados a participar dos projetos e atividades na área de ensino, pesquisa e extensão, os quais poderão ser aproveitados no âmbito do currículo como atividade complementar, conforme normativa prevista neste PPC.

3.2. Políticas de Apoio ao discente

Nos tópicos abaixo, estão descritas as políticas do IF Farroupilha voltadas de apoio aos discentes, destacando-se as de assistência aos estudantes, apoio pedagógico, psicológico e social, oportunidades para mobilidade acadêmica e educação inclusiva.

3.2.1. Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil do IF Farroupilha é uma Política de Ações, que têm como objetivos garantir o acesso, o êxito, a permanência e a participação de seus alunos no espaço escolar. A Instituição, atendendo o Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), aprovou por meio da Resolução nº12/2012 a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, a qual estabelece os princípios e eixos que norteiam os programas e projetos desenvolvidos nos seus *Campi*.

A Política de Assistência Estudantil abrange todas as unidades do IF Farroupilha e tem entre os seus objetivos: promover o acesso e permanência na perspectiva da inclusão social e da democratização do ensino; assegurar aos estudantes igualdade de oportunidades no exercício de suas atividades curriculares; promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios de caráter cultural, artístico, científico e tecnológico; bem como estimular a participação dos educandos, por meio de suas representações, no processo de gestão democrática.

Para cumprir com seus objetivos, o setor de Assistência Estudantil possui alguns programas como: Programa de Segurança Alimentar e Nutricional; Programa de Promoção do Esporte, Cultura e Lazer; Programa de Atenção à Saúde; Programa de Apoio à Permanência; Programa de Apoio Didático-Pedagógico, entre outros.

Dentro de cada um desses programas existem linhas de ações, como, por exemplo, auxílios financeiros aos estudantes, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade social (auxílio permanência, auxílio transporte, auxílio eventual, auxílio atleta e apoio financeiro a participação em eventos). Em alguns *Campi* o IF Farroupilha possui moradia estudantil.

A Política de Assistência Estudantil, bem como seus programas, projetos e ações são concebidas como um direito do estudante, garantido e financiado pela Instituição por meio de recursos federais, assim como pela destinação de, no mínimo, 5% do orçamento anual de cada *Campus* para este fim.

Para o desenvolvimento destas ações, cada *Campus* do IF Farroupilha possui em sua estrutura organizacional uma Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), que, juntamente com uma equipe especializada de profissionais e de forma articulada com os demais setores da Instituição, trata dos assuntos relacionados ao acesso, permanência, êxito e participação dos alunos no espaço escolar.

A CAE do *Campus* Frederico Westphalen é formada por uma equipe multiprofissional composta de assistente social, assistentes de alunos, médico e enfermeira. Para o atendimento aos alunos possui uma infraestrutura composta de sala de atendimento psicossocial e sala de procedimentos da saúde. Estes atendimentos acontecem em período integral.

3.2.2. Núcleo Pedagógico Integrado (NPI)

O Núcleo Pedagógico Integrado (NPI) é um órgão estratégico de planejamento, apoio e assessoramento didático-pedagógico, vinculado à Direção de Ensino do *Campus*, ao qual cabe auxiliar no desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) e na Gestão de Ensino do *Campus*, comprometido com a realização de um trabalho voltado às ações de ensino e aprendizagem, em especial no acompanhamento didático-pedagógico, oportunizando, assim, melhorias na aprendizagem dos estudantes e na formação continuada dos docentes e técnico-administrativos em educação.

O NPI é constituído por servidores que se inter-relacionam na atuação e operacionalização das ações que permeiam os processos de ensino e aprendizagem na Instituição. Tendo como membros natos os servidores no exercício dos seguintes cargos e/ou funções: Diretor (a) de Ensino; Coordenador (a) Geral de Ensino; Pedagogo (a); Responsável pela Assistência Estudantil no *Campus*; Técnico(s) em Assuntos Educacionais lotado(s) na Direção de Ensino. Além dos membros citados poderão ser convidados para compor o Núcleo Pedagógico Integrado, como membros titulares, outros servidores efetivos do *Campus*.

A finalidade do NPI é proporcionar estratégias, subsídios, informações e assessoramento aos docentes, técnico-administrativos em educação, educandos, pais e responsáveis legais, para que possam escolher, entre diversos itinerários e opções, aquele mais adequado enquanto projeto educacional da Instituição e que proporcione meios para a formação integral, cognitiva, inter e intrapessoal e a inserção profissional, social e cultural dos estudantes.

Além do mais, a constituição desse núcleo tem como objetivo, promover o planejamento, implementação, desenvolvimento, avaliação e revisão das atividades voltadas ao processo de ensino e aprendizagem em todas as suas modalidades, formas, graus, programas e níveis de ensino, com base nas diretrizes institucionais.

O envolvimento do NPI abrange em seu trabalho a elaboração, reestruturação e implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o desenvolvimento de atividades voltadas à discussão, orientação, elaboração e garantia de execução dos Projetos Pedagógicos dos Cursos em todos os níveis e modalidades ofertados no *Campus*. Dentre esses, a divulgação e orientação sobre novos saberes, legislações da educação do ensino técnico e tecnológico, a prevenção de dificuldades que possam interferir no bom relacionamento entre todos os integrantes das comunidades educativas do *Campus*, a garantia de comunicação clara, ágil e eficiente entre os envolvidos nas ações de ensino e aprendizagem, para efetivar a coerência e otimizar os resultados, como também demais objetivos e atividades que venham ao encontro da garantia da qualidade de ensino.

3.2.3. Atendimento Pedagógico, Psicológico e Social

O IF Farroupilha – *Campus* Frederico Westphalen possui uma equipe de profissionais voltada ao atendimento pedagógico e social dos estudantes, tais como: docente de educação especial, assistente social, técnico em assuntos educacionais e assistentes de alunos.

A partir do organograma institucional estes profissionais atuam em setores como: Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), Coordenação de Ações Inclusivas (CAI) e Núcleo Pedagógico Integrado (NPI), os quais desenvolvem ações que tem como foco o atendimento e o acompanhamento ao discente em seus estudos.

O atendimento pedagógico e social dos estudantes compreende atividades de orientação e apoio ao processo de ensino e aprendizagem, tendo como foco não apenas o estudante, mas todos os sujeitos envolvidos, resultando, quando necessário, na reorientação deste processo.

Os estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais de aprendizagem terão atendimento educacional especializado pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), que visa oferecer suporte ao processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, envolvendo também orientações metodológicas aos docentes para a adaptação do processo de ensino às necessidades destes sujeitos. Acrescenta-se que o IF Farroupilha – Frederico Westphalen possui um Setor de Saúde que oferece, gratuitamente, atendimento médico e de Enfermagem aos discentes.

3.2.4. Atividades de Nivelamento

Entende-se por nivelamento o desenvolvimento de atividades formativas que visem recuperar conhecimentos que são essenciais para o que o estudante consiga avançar no itinerário formativo de seu curso com aproveitamento satisfatório. Tais atividades serão asseguradas ao discente, por meio de:

- a) disciplinas de formação básica, na área do curso, previstas no próprio currículo do curso, visando retomar os conhecimentos básicos a fim de dar condições para que os estudantes consigam prosseguir no currículo;
- b) projetos de ensino elaborados pelo corpo docente do curso, aprovados no âmbito do Programa Institucional de Projetos de Ensino, voltados para conteúdos/temas específicos com vistas à melhoria da aprendizagem nos cursos superiores;
- c) programas de educação tutorial, que incentivem grupos de estudo entre os estudantes de um curso, com vistas à aprendizagem cooperativa;
- d) demais atividades formativas promovidas pelo curso, para além das atividades curriculares que visem subsidiar/sanar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes.

O Nivelamento é desenvolvido pelos professores através de projetos extraclasse, como atendimento em horário diferenciado, leitura de textos, participação em monitorias com colegas em nível avançado dentro do curso, entre outros.

3.2.5. Mobilidade Acadêmica

O IF Farroupilha mantém programas de mobilidade acadêmica entre instituições de ensino do país e instituições de ensino estrangeiras, através de convênios interinstitucionais ou pela adesão a Programas governamentais, visando incentivar e dar condições para que os estudantes enriqueçam seu processo formativo a partir do intercâmbio com outras instituições e culturas.

As normas para a Mobilidade Acadêmica estão definidas no Regulamento aprovado pela Resolução nº 012/2014 do Conselho Superior do IF Farroupilha.

3.2.6. Educação Inclusiva

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do estudante na Instituição e do acompanhamento e atendimento do egresso no mundo do trabalho, respeitando as diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, cultural, socioeconômica, entre outros.

O Instituto Federal Farroupilha priorizará ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais, com vistas à garantia de igualdade de condições e oportunidades educacionais:

- I. pessoas com necessidades educacionais especiais: consolidar o direito das pessoas com deficiência visual, auditiva, intelectual, físico motora, múltiplas deficiências, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento, bem como Transtorno do Espectro Autista, promovendo sua emancipação e inclusão nos sistemas de ensino e nos demais espaços sociais;
- II. gênero e diversidade sexual: o reconhecimento, o respeito, o acolhimento, o diálogo e o convívio com a diversidade de orientações sexuais fazem parte da construção do conhecimento e das relações sociais de responsabilidade da escola como espaço formativo de identidades. Questões ligadas ao corpo, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, à gravidez precoce, à orientação sexual, à identidade de gênero são temas que fazem parte desta política;
- III. diversidade étnica: dar ênfase nas ações afirmativas para a inclusão da população negra e da comunidade indígena, valorizando e promovendo a diversidade de culturas no âmbito institucional;
- IV. oferta educacional voltada às necessidades das comunidades do campo: medidas de adequação da escola à vida no campo, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural e produtiva, de modo a conciliar tais atividades com a formação acadêmica;
- V. situação socioeconômica: adotar medidas para promover a equidade de condições aos sujeitos em vulnerabilidade socioeconômica.

Para a efetivação das ações inclusivas, o IF Farroupilha constituiu o Plano Institucional de Inclusão, que promoverá ações com vistas:

- I. à preparação para o acesso;
- II. a condições para o ingresso;
- III. à permanência e conclusão com sucesso;
- IV. ao acompanhamento dos egressos.

Para auxiliar na operacionalização da Política de Educação Inclusiva, o *Campus Frederico Westphalen* conta com a Coordenação de Ações Inclusivas (CAI), na qual inserem-se os Núcleos Inclusivos, tais como: Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS).

Há também, na Reitoria, o Núcleo de Elaboração e Adaptação de Materiais Didático/pedagógicos – NE-AMA do IF Farroupilha. Instituído pela Resolução nº 033/2014, este núcleo tem como objetivo principal o desenvolvimento de materiais didático/pedagógicos acessíveis aos estudantes e servidores com deficiência visual incluídos na Instituição. Os materiais produzidos podem ser tanto em Braille quanto em formato

acessível digital, para aqueles que utilizam leitor de tela. O NEAMA realizará as adaptações solicitadas pelos *Campi* de acordo com as prioridades previstas em sua Resolução, quais sejam: Planos de Ensino, apostilas completas de disciplinas, avaliações, exercícios, atividades de orientação, bibliografias básicas das disciplinas, documentos institucionais, seguindo uma metodologia que depende diretamente da quantidade e qualidade dos materiais enviados, tais como: figuras, gráficos, fórmulas e outros de maior complexidade. A prioridade no atendimento será dada aos *Campi* que possuem estudantes com deficiência visual e nos quais não há profissionais habilitados para atendê-los, procurando assegurar assim, as condições de acesso, permanência e formação qualificada dos estudantes incluídos no IF Farroupilha.

3.2.6.1. Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE)

O Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais do Instituto Federal Farroupilha, instituído pela Portaria nº 14/2010 dessa Instituição, é setor deliberativo, vinculado à Coordenação de Ações Inclusivas, e tem por finalidade desenvolver políticas, ações e projetos no intuito de garantir a inclusão no IF Farroupilha.

Nesse sentido, são atribuições do NAPNE:

- Promover a implantação e consolidação de políticas inclusivas no IF Farroupilha;
- Buscar minimizar barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais enfrentadas pela comunidade acadêmica;
- Orientar os docentes quanto às adaptações de materiais didático-pedagógicos para as disciplinas;
- Acompanhar o processo de elaboração do planejamento e das avaliações para os alunos incluídos, conjuntamente com os docentes, a fim de realizar as adaptações necessárias;
- Promover cursos de formação continuada à comunidade acadêmica sobre assuntos relacionados à inclusão;
- Acompanhar e orientar individualmente os discentes com deficiência nas atividades acadêmicas;
- Atender às pessoas com deficiência do *Campus* com vistas a maximizar suas potencialidades;
- Articular os diversos setores da Instituição buscando estimular a inclusão das pessoas com deficiência;
- Sinalizar prioridades de ações, aquisição de equipamentos, softwares e materiais didático-pedagógicos a serem utilizados nas práticas educativas voltadas aos alunos incluídos;

- Atuar em consonância com o Núcleo Pedagógico Integrado, no intuito de garantir processos de ensino qualificados aos educandos com deficiência;
- Participar e/ou implementar atividades de pesquisa, ensino e extensão com foco na educação inclusiva;
- Auxiliar nos processos seletivos do IF Farroupilha buscando garantir acessibilidade dos candidatos;
- Zelar pelas condições de acesso, permanência e conclusão dos cursos pelos alunos da Instituição;
- Estabelecer processo de registro sistemático quanto ao acompanhamento realizado aos alunos com deficiência;
- Trabalhar de forma articulada com a CAI e demais setores inclusivos do *Campus*.

O Núcleo de Atendimento a pessoas com necessidades especiais é o setor que articula as ações inclusivas no âmbito do *Campus Frederico Westphalen*, tendo como principal objetivo formar na Instituição uma cultura da educação para a convivência e o respeito à diversidade. Nesse sentido, realiza o acompanhamento dos alunos com deficiência e/ou necessidade educacionais especiais, organiza adaptações curriculares e assessora os docentes no encaminhamento das atividades adaptadas em sala de aula e nos demais espaços do *Campus*.

Tendo em vista o acesso significativo de estudantes que fazem parte do público-alvo da Educação Especial nos diferentes níveis e modalidades de Educação no IF Farroupilha, e considerando o Decreto nº 7.611/2011 e a Lei nº 12.764/12, essa Instituição implementou o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O Regulamento do AEE no IF Farroupilha instituído pela Resolução nº 015/15 define como alunado desse atendimento os estudantes com deficiência, com transtorno do espectro do autismo, que apresentem altas habilidades/superdotação e transtornos globais de desenvolvimento, seguindo as indicações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Trata-se de um serviço oferecido no turno oposto ao turno de oferta regular do estudante, no qual um profissional com formação específica na área desenvolve atividades de complementação e suplementação dos conteúdos desenvolvidos na sala de aula comum.

3.2.6.2. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)

O NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal Farroupilha, instituído com a Resolução nº 23/2010 desse Instituto, tem a finalidade de implementar as Leis nº 10.639/03 e nº

11.645/08, pautadas na construção da cidadania por meio da valorização étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas.

No intuito de consolidar esses objetivos, são atribuições do NEABI:

- Elaborar, desenvolver e implementar atividades de pesquisa, ensino e extensão acerca das políticas afirmativas;
- Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do CAI;
- Divulgar os trabalhos desenvolvidos pelo núcleo em eventos científicos;
- Atuar em consonância com o Núcleo Pedagógico Integrado, no intuito de garantir processos de ensino qualificados aos educandos pretos, pardos e indígenas;
- Estimular a qualificação dos processos de ensino, pesquisa e extensão no que tange aos educandos pretos, pardos e indígenas;
- Estimular o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão que primem pela inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena;
- Divulgar os processos seletivos em reservas indígenas e contextos de prevalências de quilombolas e ou demais pessoas afro-brasileiras;
- Estabelecer processo de registro sistemático quanto ao acompanhamento realizado aos alunos incluídos pelas políticas afirmativas.

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do *Campus* Frederico Westphalen desenvolve atividades e ações educativas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão ligadas às questões étnico-raciais, através de debates, reflexões, seminários que visem a valorização da diversidade na construção histórica e cultural do País.

3.2.6.3. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS)

O Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS) do Instituto Federal Farroupilha, instituído pela Resolução CONSUP nº 023/2016, tem por finalidade desenvolver políticas, ações e projetos no intuito de promover o respeito e a valorização de todos os sujeitos, e proporcionar espaços para debates, vivências e reflexões referentes às questões de gênero e diversidade sexual. O NUGEDIS no *Campus* Frederico Westphalen foi instituído pela Portaria nº 076 de 6 de setembro de 2016, juntamente com a CAI/FW e demais núcleos inclusivos como o NAPNE e o NEABI. A partir disso, o *Campus* inaugura e dá prosseguimento a esforços coletivos com vistas à consolidação dessa Coordenação e dos respectivos Núcleos Inclusivos.

As questões de gênero e diversidade sexual estão presentes nos currículos espaços, normas, ritos, rotinas e práticas pedagógicas das instituições de ensino. Não raro, as pessoas identificadas como dissonantes em relação às normas de gênero e à matriz sexual são postas sob a mira preferencial de um sistema de controle e vigilância que, de modo sutil e profundo, produz efeitos sobre todos os sujeitos e os processos de ensino e aprendizagem. Histórica e culturalmente transformada em norma, produzida e reiterada, a heterossexualidade obrigatória e as normas de gênero tornam-se o baluarte da heteronormatividade e da dualidade homem e mulher. As instituições de ensino acabam por se empenhar na reafirmação e no êxito dos processos de incorporação das normas de gênero e da heterossexualização compulsória.

Com intuito de proporcionar mudanças de paradigmas sobre a diferença, mais especificamente sobre gênero e heteronormatividade, o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS), considerando os documentos institucionais, tais como a Política de Diversidade e Inclusão do IF Farroupilha e a Instrução Normativa nº 03, de 02 de Junho 2015, que dispõe sobre a utilização do nome social no âmbito do IF Farroupilha, tem como objetivo proporcionar espaços de debates, vivências e reflexões acerca das questões de gênero e diversidade sexual, na comunidade interna e externa, viabilizando a construção de novos conceitos de gênero e diversidade sexual, rompendo barreiras educacionais e atitudinais na Instituição, de forma a promover inclusão de todos na educação.

O núcleo tem pautado suas ações na necessidade de entendimento e consequente desconstrução das discursividades marcadas pelas normas de gênero e pela heteronormatividade, buscando atingir, pensando especificamente na Licenciatura em Matemática, futuros profissionais da educação que terão o desafio de promover a inclusão de todos os sujeitos.

3.3. Programa Permanência e Êxito

Em 2014, o IF Farroupilha implantou o Programa Permanência e Êxito dos Estudantes da Instituição, homologado pela Resolução CONSUP nº 178, de 28 de novembro de 2014. O objetivo do Programa é consolidar a excelência da oferta da EBPTT de qualidade e promover ações para a permanência e o êxito dos estudantes no IF Farroupilha. Além disso, busca socializar as causas da evasão e retenção no âmbito da Rede Federal; propor e assessorar o desenvolvimento de ações específicas que minimizem a influência dos fatores responsáveis pelo processo de evasão e retenção, categorizados como: individuais do estudante, internos e externos à Instituição; instigar o sentimento de pertencimento ao IF Farroupilha e consolidar a identidade institucional; e atuar de forma preventiva nas causas de evasão e retenção.

Visando a implementação do Programa, o IF Farroupilha institui em seus *Campi* ações, como: sensibilização e formação de servidores; pesquisa diagnóstica contínua das causas de evasão e retenção dos alunos; programas de acolhimento e acompanhamento aos alunos; ampliação dos espaços de interação entre a

comunidade externa, a Instituição e a família; prevenção e orientação pelo serviço de saúde dos *Campi*; programa institucional de formação continuada dos servidores; ações de divulgação da Instituição e dos cursos; entre outras.

Através de projetos como o Programa Permanência e Êxito dos Estudantes, o IF Farroupilha trabalha em prol do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES/2010).

3.3.1. Acompanhamento de Egressos

O IF Farroupilha concebe o acompanhamento de egressos como uma ação que visa ao planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais da Instituição, a partir da avaliação da qualidade da formação ofertada e da interação com a comunidade.

Além disso, o acompanhamento de egressos visa ao desenvolvimento de políticas de formação continuada, com base nas demandas do mundo do trabalho, reconhecendo como responsabilidade da Instituição o atendimento aos seus egressos.

No curso de Licenciatura em Matemática, são pensadas ações de acompanhamento dos egressos visando a verificação da inserção dos alunos na rede de ensino local/regional, bem como o avanço nos estudos posteriores.

O acompanhamento de egressos visa ao desenvolvimento de políticas de formação continuada, com base nas demandas do mundo do trabalho, reconhecendo como responsabilidade da Instituição o atendimento aos seus egressos.

A Instituição mantém programa institucional de acompanhamento de egresso, a partir de ações contínuas e articuladas, entre as Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e Coordenação de curso superior.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1. Perfil do Egresso

O egresso do curso de Licenciatura em Matemática é um profissional capaz de entender os diferentes mecanismos cognitivos utilizados no processo ensino-aprendizagem de Matemática e as variáveis didáticas envolvidas em tal processo. São professores agentes da transformação em sua escola, sendo capazes de questionar estratégias e ensino, investigando novas alternativas para um melhor desempenho de seus alunos. É um profissional capaz de estabelecer diálogos entre os conhecimentos específicos de sua área de atuação, articulando-o com outros campos do conhecimento, fazendo conexões com o processo de vivência que geram a aprendizagem e incrementam sua prática pedagógica.

De acordo com o Parecer CNE/CES nº 1.302/ 2001, deseja-se as seguintes características do Licenciado em Matemática:

- visão de seu papel social de educador e capacidade de se inserir em diversas realidades com sensibilidade para interpretar as ações dos educandos;
- visão da contribuição que a aprendizagem da Matemática pode oferecer para a formação dos indivíduos para o exercício de sua cidadania;

- visão de que o conhecimento matemático pode e deve ser acessível a todos, e consciência de seu papel na superação de preconceitos, traduzidos pela angústia, inércia ou rejeição, que muitas vezes ainda estão presentes no ensino aprendizagem da disciplina.

O currículo do curso de Licenciatura em Matemática do IF Farroupilha, de acordo com a CNE/CES nº 1.302/2001, de forma geral, busca desenvolver as seguintes competências e habilidades do egresso:

- a) capacidade de expressar-se escrita e oralmente com clareza e precisão;
- b) capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares;
- c) capacidade de compreender, criticar e utilizar novas ideias e tecnologias para a resolução de problemas;
- d) capacidade de aprendizagem continuada, sendo sua prática profissional também fonte de produção de conhecimento;
- e) habilidade de identificar, formular e resolver problemas na sua área de aplicação, utilizando rigor lógico-científico na análise da situação-problema;
- f) estabelecer relações entre a Matemática e outras áreas do conhecimento;
- g) conhecimento de questões contemporâneas;
- h) educação abrangente necessária ao entendimento do impacto das soluções encontradas num contexto global e social;
- i) participar de programas de formação continuada;
- j) realizar estudos de pós-graduação;
- k) trabalhar na interface da Matemática com outros campos de saber.

No que se refere às competências e habilidades próprias do educador matemático, o licenciado em Matemática deverá ter as capacidades de:

- a) elaborar propostas de ensino-aprendizagem de Matemática para a educação básica;
- b) analisar, selecionar e produzir materiais didáticos;
- c) analisar criticamente propostas curriculares de Matemática para a educação básica;
- d) desenvolver estratégias de ensino que favoreçam a criatividade, a autonomia e a flexibilidade do pensamento matemático dos educandos, buscando trabalhar com mais ênfase nos conceitos do que nas técnicas, fórmulas e algoritmos;
- e) perceber a prática docente de Matemática como um processo dinâmico, carregado de incertezas e conflitos, um espaço de criação e reflexão, onde novos conhecimentos são gerados e modificados continuamente;

- f) contribuir para a realização de projetos coletivos dentro da escola básica.

O profissional formado no curso de Licenciatura em Matemática poderá atuar na área de Matemática na Educação Básica, tanto em instituições públicas quanto particulares, atendendo a necessidade de professores para a referida disciplina. O licenciado também estará apto a prosseguir seus estudos em cursos de pós-graduação.

4.1.1. Áreas de atuação do Egresso

O egresso do Curso de Licenciatura em Matemática estará apto para atuar no ensino médio e nas séries finais do ensino fundamental, nas diferentes modalidades de ensino, de forma crítica e consolidada através da base específica e pedagógica oferecida a ele no decorrer do curso, cumprindo com o principal objetivo da criação do curso de Licenciatura em Matemática. Além disso, o egresso também poderá seguir estudos posteriores, em cursos de pós-graduação.

4.2. Metodologia

Os componentes curriculares do curso de Licenciatura em Matemática são construídos de forma a articular o desenvolvimento da formação do licenciado em Matemática através da união de áreas específicas do conhecimento com uma sólida formação na área pedagógica e também uma grande participação em sala de aula, propiciando assim que o futuro professor esteja preparado para apresentar os conteúdos disciplinares relacionados com a Matemática de forma didática, pedagogicamente apropriada e, ainda, hábil a prosseguir seus estudos.

A presença de componentes curriculares do Núcleo Específico, Núcleo Pedagógico e Núcleo Básico asseguram que a formação do Licenciado em Matemática do Instituto Federal Farroupilha aconteça de forma a articular os diferentes saberes necessários à formação por meio das disciplinas de Práticas de Ensino de Matemática.

Neste sentido, as disciplinas de Prática perpassam todo o currículo do curso desde o primeiro até o último semestre. As ementas destas disciplinas, assim como a sequência conceitual adotada, permitem além da articulação e a interlocução entre as disciplinas dos diferentes núcleos, a interdisciplinaridade assegurada por meio de normativa interna do Instituto que prevê o desenvolvimento das disciplinas de Práticas de forma colaborativa entre os professores através de um projeto interdisciplinar a ser elaborado no início de cada período letivo pelo colegiado do Curso.

O desenvolvimento do projeto se dará por meio da escolha de uma temática interdisciplinar a ser trabalhada e de diferentes estratégias didáticas que viabilizem o desenvolvimento do mesmo. As estratégias a serem desenvolvidas são as seguintes:

- Grupos de estudo que permitam o trabalho coletivo e colaborativo entre os acadêmicos do curso de Licenciatura em Matemática com enfoque no trabalho docente efetivo;
- Construção de materiais didáticos que permitam instrumentar os acadêmicos para o exercício da prática docente;
- Estudo e análise de materiais didáticos relacionados ao Ensino de Matemática, tais como projetos de ensino, livros didáticos e outros materiais instrucionais;
- Discussão e análise de programas escolares relacionados à disciplina de Matemática a luz de teorias educacionais de aprendizagem;

Além disso, a flexibilidade no Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal Farroupilha está também assegurada por meio da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Neste sentido, a flexibilidade curricular possibilita o desenvolvimento de atitudes e ações empreendedoras e inovadoras, que tenham como enfoque as vivências da aprendizagem para capacitar e para a inserção no mundo do trabalho. Neste sentido, estão previstas as seguintes estratégias:

- Projetos interdisciplinares capazes de integrar áreas de conhecimento, de apresentar resultados práticos e objetivos e que tenham sido propostos pelo coletivo envolvido no projeto;
- Implementação sistemática, permanente e/ou eventual de cursos de pequena duração, seminários, fóruns, palestras e outros que articulem os currículos a temas de relevância social, local e/ou regional e potencializem recursos materiais, físicos e humanos disponíveis;
- Flexibilização de conteúdos por meio da criação de disciplinas e outros mecanismos de organização de estudos que contemplem conhecimentos relevantes, capazes de responder a demandas pontuais e de grande valor para comunidade interna e externa;
- Previsão de tempo (horas aulas) capaz de viabilizar a construção de trajetórias curriculares por meio do envolvimento em eventos, projetos de pesquisa e extensão, disciplinas optativas e outras possibilidades;
- Previsão de espaços para reflexão e construção de ações coletivas, que atendam a demandas específicas de áreas, cursos, *Campus* e Instituição, tais como fóruns, debates, grupos de estudo e similares;
- Oferta de intercâmbio entre estudantes de diferentes *Campi*, Institutos e instituições educacionais considerando a equivalência de estudos.

4.3. Organização curricular

A organização curricular do Curso Superior de Licenciatura em Matemática observa as determinações legais presentes na Lei nº 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso, normatizadas pelo parecer CNE/CES nº 1.302/2001 e Resolução CNE/CES nº 03/2003, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de licenciatura, Resolução CNE/CP nº 02/2015, as Diretrizes Institucionais para os cursos de Graduação do IF Farroupilha, Resolução nº 013/2014, e demais normativas institucionais e nacionais pertinentes ao ensino superior.

A concepção do currículo do curso tem como premissa a articulação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho, possibilitando a articulação entre os conhecimentos construídos nas diferentes disciplinas do curso com a prática real de trabalho, propiciando a flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.

O currículo do Curso de Licenciatura em Matemática está organizando a partir de 03 (três) núcleos de formação, a saber: Núcleo Comum, Núcleo Específico e Núcleo Complementar, os quais são perpassados pela Prática Profissional.

O Núcleo Comum contempla conhecimentos comuns à formação de professores, independente da sua área de habilitação. Este Núcleo se divide em dois grupos de conhecimentos:

- Núcleo Básico: abrange conhecimentos básicos para a formação de professores e os componentes curriculares de conteúdos básicos da área, conforme as Diretrizes Curriculares do Curso de Licenciatura em Matemática, visando atender às necessidades de nivelamento dos conhecimentos necessários para o avanço do estudante no curso.
- Núcleo Pedagógico: abrange os conhecimentos relativos ao campo da educação, com vistas à compreensão dos fundamentos teóricos, políticos e históricos da educação, bem como os conhecimentos específicos que perpassam a formação e a prática docente. A carga horária deste núcleo representa a quinta parte do total da carga horária do curso, de acordo com o Art. 13 da Resolução CNE/CP 02/2015.

O Núcleo Específico contempla conhecimentos específicos da área da Matemática, incluindo a transposição didática dos conteúdos na perspectiva da atuação docente neste campo. Neste Núcleo estão contemplados os conteúdos exigidos pelo Parecer CNE/CES nº 1.302/2001, os quais são necessários para a formação na área de Matemática.

O Núcleo Complementar contempla as atividades acadêmico-científico-culturais, de no mínimo 200 horas, incluindo também componentes curriculares eletivos de formação complementar que visam à atualização constante da formação do professor.

A prática profissional permeia todo o currículo do curso, desenvolvendo-se através da prática enquanto componente curricular (PeCC) e dos estágios curriculares supervisionado, conforme carga horária exigida pela Resolução CNE/CP 02/2015.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é componente curricular obrigatório no curso de Licenciatura em Matemática, conforme o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Os conteúdos especiais obrigatórios, previstos em Lei (Lei nº 9.795/1999, Decreto nº 4.281/2002, Lei nº 10.639/2003, Resolução CNE/CP nº 01/2004, Decreto nº 5.626/2005, Lei nº 11.645/2008, Resolução CNE/CP 02/2015), estão contemplados nas disciplinas e/ou demais componentes curriculares que compõem o currículo do curso, conforme as especificidades previstas legalmente:

- I. Educação ambiental – esta temática é trabalhada de forma transversal no currículo do curso, em especial nas disciplinas de Prática do ensino de Matemática V e VII, na construção de recursos didático-pedagógicos com reaproveitamento de materiais, focalizando a educação ambiental e a aplicabilidade da Matemática em questões ambientais, como também em atividades complementares do curso, tais como workshop/palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras, constituindo-se em um princípio fundamental da formação de nossos futuros educadores.
- II. História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena – está presente como conteúdo nas disciplinas de História da Educação Brasileira. Essa temática também se fará presente nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da Instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Além das atividades curriculares, o *Campus* conta com o NEABI que desenvolve atividades formativas voltadas para os estudantes e servidores.
- III. Educação em Direitos Humanos – presente como conteúdo em disciplinas que guardam maior afinidade com a temática, como Sociologia da Educação e Diversidade e Educação Inclusiva. Essa temática também se fará presente nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da Instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Além das atividades curriculares, o *Campus* conta com os Núcleos Inclusivos tais como: NEABI, NAPNE e NUGEDIS que desenvolvem atividades formativas sobre essa temática voltadas para os estudantes e servidores.

4.4. Matriz Curricular

Componentes Curriculares		C.H.	PeCC	Estágio	Pré-requisito
1º semestre	História da Educação Brasileira	36			
	Filosofia da Educação	36			
	Fundamentos de Matemática Elementar I	108			
	Matemática Básica	72			
	Tecnologias da Informação e da Comunicação	36			
	Leitura e Produção Textual	36			
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática I		50		
	TOTAL	324	50		
Componentes Curriculares		C.H.	PeCC	Estágio	
2º semestre	Sociologia da Educação	36			
	Psicologia da Educação	72			
	Fundamentos de Matemática Elementar II	108			
	Geometria Analítica	72			
	Metodologia Científica	36			
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática II		50		
	TOTAL	324	50		
Componentes Curriculares		C.H.	PeCC	Estágio	
3º semestre	Políticas, Gestão e Organização da Educação	72			
	Álgebra Linear I	36			
	Geometria Plana	72			
	Matemática Discreta	72			
	Cálculo Diferencial e Integral I	72			Fund. de Matemática Elementar I
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática III		50		
	TOTAL	324	50		
Componentes Curriculares		C.H.	PeCC	Estágio	
4º semestre	Didática, Currículo e Organização do Trabalho Pedagógico	72			
	Metodologias do Ensino de Matemática I	36			
	Estatística Básica	72			
	Cálculo Diferencial e Integral II	72			Cálculo Diferencial e Integral I
	Geometria Espacial	72			
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática IV		50		
	TOTAL	324	50		

Componentes Curriculares		C.H.	PeCC	Estágio	
5º semestre	Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos	72			
	Metodologias do Ensino de Matemática II	72			
	Fundamentos de Álgebra	72			
	Cálculo Diferencial e Integral III	72			Cálculo Diferencial e Integral II
	Estágio Curricular Supervisionado I			60	Met. do Ensino de Mat. I, Didática, Currículo e Organização do Trabalho Ped., Mat. Básica e Geometria Plana
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática V		50		
	TOTAL	288	50	60	

Componentes Curriculares		C.H.	PeCC	Estágio	
6º semestre	Diversidade e Educação Inclusiva	72			
	Libras	36			
	Álgebra Linear II	72			Álgebra Linear I
	Cálculo Diferencial e Integral IV	72			Cálculo Diferencial e Integral III
	Estágio Curricular Supervisionado II			140	Met. do Ensino de Mat. II e Estágio Curricular Supervisionado I
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática VI		50		
	TOTAL	252	50	140	

Componentes Curriculares		C.H.	PeCC	Estágio	
7º semestre	Eletiva Pedagógica	36			
	Equações Diferenciais Ordinárias	72			Cálculo Diferencial e Integral IV
	História e Filosofia da Matemática	72			
	Cálculo Numérico	72			Álgebra Linear II e Cálculo Diferencial e Integral IV
	Matemática Financeira	36			
	Estágio Curricular Supervisionado III			60	Met. do Ensino de Mat. I e II, Didática, Currículo e Organização do Trabalho Ped., Fund. de Mat. Elementar I e II, Geometria Espacial, Geometria Analítica, Mat. Discreta, Estatística Básica e Álgebra Linear I
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática VII		50		
	TOTAL	288	50	60	

Componentes Curriculares		C.H.	PeCC	Estágio	
8º semestre	Saberes Docentes e Formação Continuada	72			
	Fundamentos de Análise Matemática	72			
	Tópicos de Física Elementar	72			
	Eletiva Específica	36			
	Estágio Curricular Supervisionado IV			140	Estágio Curricular Su- pervisionado III
	PeCC - Prática de Ensino de Matemática VIII		50		
		252	50	140	

Atividades Acadêmico-científico Cultural	200
--	-----

Componentes do Currículo	C.H.
Conteúdos Curriculares de Natureza Científico Cultural	2376
Prática como Componente Curricular	400
Estágio Curricular Supervisionado	400
Atividades Acadêmico-Científico Cultural	200
Carga Horária Total do Curso	3376

Legenda

Disciplinas de Formação Específica	
Disciplinas de Formação Pedagógica	
Disciplinas de Formação Básica	
Prática como Componente Curricular	
Estágio Curricular Supervisionado	

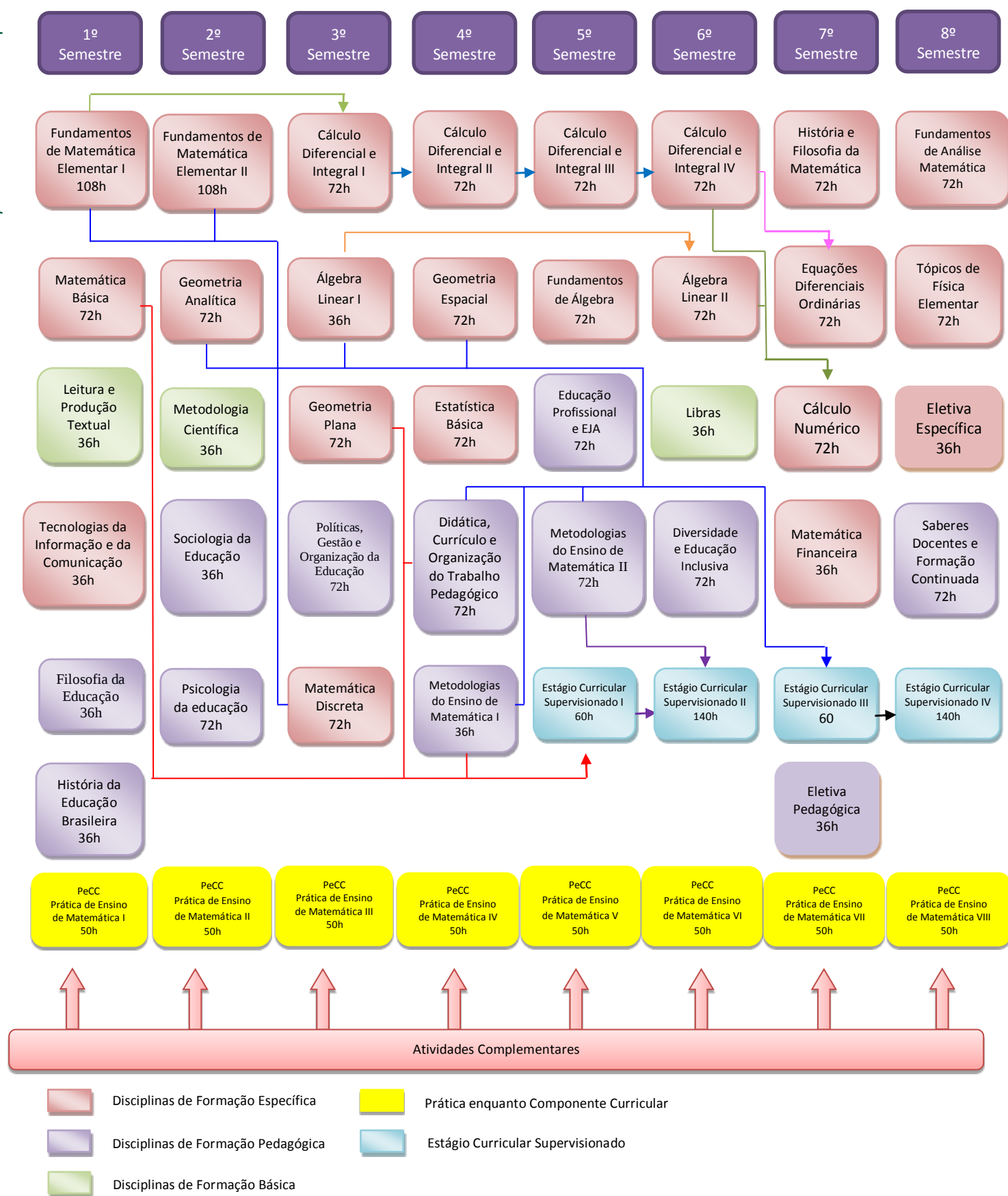
4.4.1. Pré-Requisitos

A matriz curricular do curso de Licenciatura em Matemática foi planejada a partir de uma sequência de componentes curriculares que se interligam e, preferencialmente, o estudante deve seguir esse itinerário formativo. Situações que fujam à sequência do currículo, comprometendo o aproveitamento do estudante, poderão ser analisadas pelo colegiado do curso.

O pré-requisito adotado no currículo configura-se na condição de aprovação do aluno nas disciplinas abaixo especificadas para que este possa se matricular na disciplina à qual se interliga, conforme tabela abaixo.

Disciplina	Pré-Requisito
Cálculo Diferencial e Integral I	Fundamentos de Matemática Elementar I
Cálculo Diferencial e Integral II	Cálculo Diferencial e Integral I
Cálculo Diferencial e Integral III	Cálculo Diferencial e Integral II
Cálculo Diferencial e Integral IV	Cálculo Diferencial e Integral III
Álgebra Linear II	Álgebra Linear I
Equações Diferenciais Ordinárias	Cálculo Diferencial e Integral IV
Cálculo Numérico	Álgebra Linear II e Cálculo Diferencial e Integral IV
Estágio Curricular Supervisionado I	Metodologias do Ensino de Matemática I, Didática, Currículo e Organização do Trabalho Pedagógico, Matemática Básica e Geometria Plana.
Estágio Curricular Supervisionado II	Metodologias do Ensino de Matemática II Estágio Curricular Supervisionado I
Estágio Curricular Supervisionado III	Metodologias do Ensino de Matemática I e II, Didática, Currículo e Organização do Trabalho Pedagógico, Fundamentos de Matemática Elementar I e II, Geometria Espacial, Geometria Analítica, Matemática Discreta, Estatística Básica e Álgebra Linear I
Estágio Curricular Supervisionado IV	Estágio Curricular Supervisionado III

4.5. Representação gráfica do perfil de formação



4.6. Prática Profissional

4.6.1. Prática enquanto Componente Curricular - PeCC

A Prática enquanto Componente Curricular (PeCC) no curso de Licenciatura em Matemática tem o objetivo de proporcionar experiências de articulação de conhecimentos construídos ao longo do curso em situações de prática docente; oportunizar o reconhecimento e reflexão sobre o campo de atuação docente; proporcionar o desenvolvimento de projetos, metodologias e materiais didáticos próprios do exercício da docência, entre outros, integrando novos espaços educacionais como *locus* da formação dos licenciandos.

A PeCC se difere das demais atividades práticas desenvolvidas no processo de ensino de determinado conteúdo, uma vez que esta não se restringe à aplicação dos conhecimentos científicos, mas constitui um espaço de criação e reflexão acerca do trabalho docente e do contexto social em que se insere, com vistas à integração entre a formação e o exercício do trabalho docente.

As atividades de PeCC destinam-se ao contexto da prática de ensino da área do curso de Licenciatura em Matemática e também ao contexto da atuação docente na gestão escolar e educacional.

A PeCC está presente desde o início do curso e articula os conhecimentos básicos, específicos e pedagógicos do currículo, voltados à formação e atuação docente, correspondendo ao mínimo de 400 horas do currículo, conforme Resolução CNE/CP nº 02/2015.

Poderão ser previstas atividades de prática no contra turno do curso, com vistas a ampliar o contato do licenciando com a realidade educacional, a partir do desenvolvimento de atividades de pesquisa, visita a instituições de ensino, observação em salas de aula, estudos de caso, estudos dirigidos, entre outros.

No curso de Licenciatura em Matemática, a PeCC será desenvolvida a partir dos componentes curriculares articuladores intitulados Prática de Ensino da Matemática, os quais irão articular o conhecimento de no mínimo duas disciplinas do semestre, pertencentes, preferencialmente, a núcleos distintos do currículo, a partir de temática prevista para cada componente curricular articulador.

No início de cada período letivo (semestre) será elaborado pelo Colegiado de Curso um Projeto Interdisciplinar a ser desenvolvido no Componente Curricular Articulador (Prática de Ensino da Matemática) a partir da temática especificada neste Projeto Pedagógico do Curso e das disciplinas envolvidas. O desenvolvimento deste projeto no âmbito das Práticas de Ensino de Matemática será de responsabilidade de um docente das disciplinas envolvidas, sendo indispensável a participação dos demais docentes.

Os componentes curriculares de Prática de Ensino de Matemática de I à VIII do currículo do curso de Licenciatura em Matemática foram planejados de forma a integrar o currículo em sentido horizontal e vertical, desenvolvendo atividades com nível de complexidade crescente ao longo do curso.

4.6.2. Estágio Curricular Supervisionado

O estágio curricular supervisionado é entendido como tempo de aprendizagem, no qual o formando exerce *in loco* atividades específicas da sua área profissional sob a responsabilidade de um profissional já habilitado. O Parecer CNE/CP nº 28/2001, destaca: “O estágio supervisionado é um modo de capacitação em serviço e que só deve ocorrer em unidades escolares onde o estagiário assuma efetivamente o papel de professor”.

A carga horária do estágio supervisionado será de 400 (quatrocentas) horas, divididas entre os semestres do curso. O estágio terá início a partir do 5º semestre, em escolas da rede pública ou privada de educação básica com as quais o IF Farroupilha tenha parceria, bem como no próprio *Campus*. Sendo assim, as 400 horas que compreendem o estágio curricular supervisionado estão distribuídas da seguinte forma:

Estágio Curricular Supervisionado	C. H. Supervisão	C.H. Campo	C.H. Total
Estágio Curricular Supervisionado I	36	24	60
Estágio Curricular Supervisionado II	82	58	140
Estágio Curricular Supervisionado III	36	24	60
Estágio Curricular Supervisionado IV	82	58	140

As atividades programadas para o estágio devem manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo aluno no decorrer do curso.

O Estágio deverá ser acompanhado por um Professor Coordenador de Estágios e um Professor Orientador para cada aluno, em função da área de atuação no estágio e das condições de disponibilidade de carga horária dos professores.

São mecanismos de acompanhamento e avaliação de estágio:

- Plano de estágio aprovado pelo professor orientador e pelo professor da disciplina campo de estágio;
- Reuniões do aluno com o professor orientador;
- Visitas à escola por parte do professor orientador, sempre que necessário;
- Relatório do estágio supervisionado de ensino.

Quando do início do estágio supervisionado, o aluno deverá passar por um período de observação, que consiste em uma avaliação participativa em que o formando irá integrar-se ao cotidiano da escola, para que

possa familiarizar-se com o processo pedagógico real, desde instalações, projeto político-pedagógico e atividades didáticas dos professores e alunos.

Após a observação realizada pelo formando, o período de regência do estágio supervisionado irá compreender atividades específicas de sala de aula em que o estagiário poderá desenvolver habilidades inerentes à profissão docente, com supervisão do professor orientador do estágio.

Após a realização de cada etapa do estágio supervisionado (estágio supervisionado 1, 2, 3 e 4), o aluno terá que no final de cada semestre apresentar o relatório final para ser avaliado. Este relatório servirá como requisito a ser considerado para aprovação final de conclusão do curso superior, sendo este apresentado na forma de seminário (a ser definida pelo professor orientador e supervisor).

Demais requisitos e procedimentos estão previstos nos regulamentos do IF Farroupilha, formulados de acordo com: Resolução CNE/CP nº 02/2015, Resolução CONSUP nº 13/2014, Resolução CONSUP nº 10/2016 onde são contempladas em seus textos questões específicas a respeito dos estágios, e no regulamento de Estágio do Curso de Licenciatura em Matemática, onde são encontrados oferta, pré-requisitos e disponibilidades específicas a respeito do estágio na Licenciatura em Matemática.

O estudante poderá, ao longo do curso, realizar estágio não obrigatório em instituições que o IF Farroupilha – Campus Frederico Westphalen possua convênio. A realização do estágio não obrigatório não dispensa o estudante da realização do estágio curricular obrigatório para o curso.

4.7. Atividades Acadêmico-científico-culturais

As atividades acadêmico-científico-culturais visam contribuir para uma formação ampla e diversificada do licenciando, a partir de vivências e experiências realizadas para além do âmbito do curso ou da Instituição, valorizando a pluralidade de espaços educacionais e incentivando a busca pelo conhecimento.

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 02/2015, o licenciando deve realizar ao longo do curso o mínimo de 200 horas de atividades acadêmico-científico-culturais.

No curso de Licenciatura em Matemática caracterizam-se como atividades acadêmico-científico-culturais aquelas voltadas ao ensino, pesquisa, extensão e gestão, realizadas em âmbito institucional ou em outros espaços institucionais.

As atividades acadêmico-científico-culturais devem ser realizadas para além da carga horária das atividades realizadas no âmbito dos demais componentes curriculares previstos no curso, sendo obrigatórias para a conclusão do curso e colação de grau.

A comprovação das atividades acadêmico-científico-culturais se dará a partir da apresentação de certificado ou atestado emitido pela Instituição responsável pela realização/oferta, no qual deve constar a carga horária da atividade realizada e a programação desenvolvida.

A coordenação do curso realizará o acompanhamento semestral do cumprimento da carga horária de atividades acadêmico-científico-culturais pelos estudantes, podendo definir prazos para o cumprimento parcial da carga horária ao longo do curso.

A integralização da carga horária exigida para atividades acadêmico-científico-culturais deverá ocorrer antes da conclusão do último semestre do curso pelo estudante, com a devida comprovação do cumprimento da carga horária.

No curso de Licenciatura em Matemática, serão consideradas como atividades válidas como Atividades Acadêmico- Científico-Culturais (AACC) e equivalência em carga horária:

Atividades	Aproveitamento de até:
Participação em cursos extracurriculares na área	100 horas
Participação em eventos acadêmicos como ouvinte	100 horas
Participação em eventos acadêmicos com apresentação de trabalho (como autor do trabalho)	80 horas
Participação em eventos acadêmicos com apresentação de trabalho (como colaborador do trabalho)	80 horas
Participação em entidades estudantis ou representação discente perante a órgãos colegiados da Instituição	60 horas
Participação de Núcleos de Estudos	40 horas
Participação em Comissões de Organizações de eventos	40 horas
Participação em cursos extracurriculares em áreas afins	40 horas
Cursos a distâncias em áreas afins	50 horas
Cursos de línguas (inglês, espanhol, italiano, alemão, etc.)	40 horas
Cursos de informática	40 horas
Programas de incentivo da própria Instituição: monitorias e outros programas do IF Farroupilha – <i>Campus Frederico Westphalen</i>	100 horas
Participação em Projetos de Ensino	100 horas
Participação em Projetos de Extensão	100 horas
Participação em Projetos de Pesquisa	100 horas
Publicações: artigos em revista da Instituição e/ou congresso da área	10 horas por artigo

Publicações: artigos publicados em revista com corpo editorial	100 horas
Publicações: capítulos e livros	100 horas
Participações em Comissões Editoriais	80 horas
Tutoria de ensino a distância na área	100 horas
Tutoria em polos presenciais na área	100 horas
Organizadores de eventos acadêmicos	100 horas
Estágios curriculares não obrigatórios (extracurriculares)	100 horas
Disciplinas cursadas em outros cursos nas áreas afins	90 horas
Participação em órgãos colegiados ou representações estudantis	40 horas

* São considerados eventos acadêmicos: seminário, simpósio, congresso, conferência, jornadas e outros eventos de natureza técnica e científica relacionadas à área de formação.

4.8. Disciplinas Eletivas

O Curso Superior de Licenciatura em Matemática contempla a oferta de duas (02) disciplinas eletivas, num total de 72 horas. O curso deverá disponibilizar três (03) disciplinas eletivas para a escolha da turma, através de Edital, no semestre anterior à oferta de disciplina eletiva, que considerará as condições de infraestrutura e de pessoal da Instituição.

Estas disciplinas propiciarão discussões e reflexões frente à realidade regional na qual o curso se insere, oportunizando espaços de diálogo, construção do conhecimento e de tecnologias importantes para o desenvolvimento da sociedade.

São possibilidades de disciplinas eletivas:

São possibilidades de disciplinas eletivas específicas		
Componentes Eletivos	Componentes Curriculares	Carga Horária
	Matemática Financeira II	36
	Modelagem Matemática	36
	Probabilidade	36
	Variáveis Complexas	36
São possibilidades de disciplinas eletivas pedagógicas		
Componentes Eletivos	Componentes Curriculares	Carga Horária
	O Professor e a Gestão Democrática	36
	Políticas de Educação Profissional	36
	Libras II	36
	Tecnologia da Informação e Comunicação Avançada	36
	Indisciplina e Mediação de Conflitos em sala de Aula	36

Poderão ser acrescentadas novas disciplinas eletivas ao PPC do Curso a partir de solicitação realizada pelo docente e aprovada pelo Núcleo Docente Estruturante e Colegiado do Curso, devendo ser publicadas à comunidade acadêmica.

Poderá ser validada como disciplina eletiva aquela realizada pelo estudante em Curso superior, presencial ou a distância, desde que aprovada pela coordenação e/ou colegiado do Curso, e atenda à carga horária mínima exigida.

Em caso de reprovação em disciplina eletiva, o estudante poderá realizar outra disciplina eletiva ofertada pelo Curso, não necessariamente repetir aquela em que obteve reprovação.

4.9. Avaliação

4.9.1. Avaliação da Aprendizagem

A Avaliação da Aprendizagem, nos cursos do Instituto Federal Farroupilha, segue o disposto no Regulamento da Avaliação do Rendimento Escolar, aprovado pela resolução nº 04/2010, de 22 de fevereiro de 2010. De acordo com o regulamento e com base na Lei nº 9.394/96, a avaliação deverá ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, no processo de ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A verificação do rendimento escolar é feita de forma diversificada e sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo, podendo acontecer através de provas escritas e/ou orais, trabalhos de pesquisa, seminários, exercícios, aulas práticas, autoavaliações e outros, a fim de atender às peculiaridades do conhecimento envolvido nos componentes curriculares e às condições individuais e singulares do (a) aluno (a), oportunizando a expressão de concepções e representações construídas ao longo de suas experiências escolares e de vida. Em cada componente curricular, o professor deve oportunizar no mínimo dois instrumentos avaliativos.

A recuperação da aprendizagem deverá ser realizada de forma contínua no decorrer do período letivo, visando que o (a) aluno (a) atinja as competências e habilidades previstas no currículo, conforme normatiza a Lei nº 9.394/96.

Os resultados da avaliação do aproveitamento são expressos em notas. As notas deverão ser expressas com uma casa após a vírgula sem arredondamento. A nota mínima para aprovação é 7,0. Caso o estudante não atinja média 7,0, terá direito ao exame final. A nota para aprovação após exame é 5,0, considerando o peso 6,0 para a nota obtida antes do exame e peso 4,0 para a nota da prova do exame.

4.9.2. Autoavaliação Institucional

A autoavaliação institucional deve orientar o planejamento das ações vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como a todas as atividades que lhe servem de suporte. O IF Farroupilha conta com a Comissão Própria de autoavaliação institucional, que é responsável por conduzir a prática de autoavaliação institucional. O regulamento em vigência da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal Farroupilha foi aprovado através Resolução CONSUP nº 073/2013, sendo a CPA composta por uma Comissão Central, apoiada pela ação dos núcleos de autoavaliação em cada *Campus* da Instituição.

Considerando a autoavaliação institucional um instrumento norteador para a percepção da Instituição como um todo é imprescindível entendê-la na perspectiva de acompanhamento e trabalho contínuo, no qual o engajamento e a soma de ações favorecem o cumprimento de objetivos e intencionalidades.

Os resultados da autoavaliação relacionados ao Curso de Licenciatura em Matemática serão tomados como ponto de partida para ações de melhoria em suas condições físicas e de gestão.

4.9.3. Avaliação do Curso

A Educação Superior é avaliada em âmbito Nacional a partir do Sistema Nacional de Avaliação – SINAES, o qual tem como finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (Lei nº 10.861/2004).

O Sistema Nacional de Avaliação normatiza a avaliação dos cursos superiores através da avaliação do desempenho dos estudantes, avaliação externa de cursos e instituições superiores e a autoavaliação institucional.

O desempenho dos estudantes é analisado através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), elaborado aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), conforme o ciclo de avaliação de cursos, estabelecido por normativa própria, constituindo-se em componente curricular obrigatório dos cursos de graduação. No *Campus* Frederico Westphalen, o ENADE será tratado com seriedade, sendo frequentemente discutida sua importância com os alunos e professores.

A avaliação externa de cursos tem como objetivo avaliar as condições do curso para o seu reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento, resultando em ato de reconhecimento ou renovação de reconhecimento. Já a avaliação externa de instituições tem o objetivo de avaliar as condições para a oferta de ensino superior, resultando em ato de credenciamento ou credenciamento para a oferta de ensino superior.

Para isso, é fundamental tanto para o curso quanto para a Instituição oferecer ao aluno a estrutura pedagógica, específica e física na qual o aluno consiga construir as diferentes tarefas do ensino necessárias para sua formação, e uni-las para sua concepção da importância no papel como educador.

A autoavaliação institucional é realizada institucionalmente, no âmbito da Comissão Própria de Avaliação – CPA, com vistas a avaliar o desenvolvimento institucional e reorientar o planejamento, quando necessário, a fim de garantir a qualidade da educação ofertada. Reuniões mensais com o colegiado do curso são essenciais para garantir a qualidade do ensino e da formação dos alunos, bem como discutir e avaliar possíveis melhorias em diferentes setores, desde a parte pedagógica até a parte estrutural dos prédios e salas de aula.

Os resultados da avaliação externa dos cursos superiores e da autoavaliação institucional serão utilizados como subsídio para a avaliação do curso no âmbito do Núcleo Docente Estruturante, Colegiado de Curso e do respectivo Grupo de Trabalho, em conjunto com a Direção Geral e de Ensino, para fins de realização de melhorias contínuas, bem como a Pró-Reitoria de Ensino, que junto aos anteriormente citados, deve desenvolver ações periódicas com vistas à informação e divulgação dos resultados da Avaliação do Ensino Superior, promovendo ações de valorização e melhoria dos resultados, quando necessário.

4.10. Critérios e procedimentos para aproveitamento de estudos anteriores

O aproveitamento de estudos anteriores no Curso de Licenciatura em Matemática compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares cursados com êxito em outro curso de graduação.

O pedido de aproveitamento de estudos deve ser avaliado pelo(s) professor(es) da área de conhecimento, seguindo os seguintes critérios:

- I. a correspondência entre a ementa e/ou programa cursado na outra Instituição e a do curso realizado no Instituto Federal Farroupilha, não deverá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento).
- II. a carga horária cursada deverá ser igual ou superior àquela indicada no componente curricular do respectivo curso no Instituto Federal Farroupilha;
- III. além da correspondência de ementa e carga horária entre os componentes curriculares, o processo de aproveitamento de estudos poderá envolver avaliação teórica e/ou prática acerca do conhecimento a ser aproveitado;
- IV. caso necessário, a Comissão poderá levar casos especiais para análise do Colegiado de Curso.

O aproveitamento de estudos anteriores não deve ultrapassar 75% (setenta e cinco por cento) do currículo do curso de Matemática, de acordo com a matriz curricular a qual o estudante está vinculado.

Os procedimentos para a solicitação de aproveitamento de estudos anteriores seguem o disposto nas Diretrizes Curriculares Institucionais para os cursos superiores de Graduação do IF Farroupilha.

4.11. Critérios e procedimentos de certificação de conhecimento e experiências anteriores

De acordo com a LDB nº 9.394/96, o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Entende-se por Certificação de Conhecimentos Anteriores a dispensa de frequência em componente curricular do curso do Instituto Federal Farroupilha em que o estudante comprove excepcional domínio de conhecimento através da realização de avaliação teórica e/ou prática.

A avaliação será realizada sob responsabilidade de Comissão composta pelo(s) professor(es) da área de conhecimento, a qual estabelecerá os procedimentos e os critérios para a avaliação, de acordo com as ementas dos componentes curriculares para o qual solicita a certificação de conhecimentos. O resultado mínimo da avaliação para obtenção de certificação em componente curricular deverá ser de 7,0.

A avaliação para Certificação de Conhecimentos Anteriores poderá ocorrer por solicitação fundamentada do estudante, que justifique a excepcionalidade, ou por iniciativa de professores do curso.

Não se aplica a Certificação de Conhecimentos Anteriores para o componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado.

Os procedimentos para a solicitação de certificação de conhecimentos seguem o disposto nas Diretrizes Curriculares Institucionais para os cursos superiores de Graduação do IF Farroupilha.

4.12. Expedição de Diploma e Certificados

O estudante que frequentar todos os componentes curriculares previstos no curso, tendo obtido aproveitamento satisfatório e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das horas-aula em cada um deles, antes do prazo máximo para integralização, receberá o diploma de concluinte do curso, após realizar a colação de grau na data agendada pela Instituição.

As normas para expedição de Diplomas e Históricos Escolares finais estão normatizadas através de regulamento próprio.

4.13. Ementário

4.13.1. Componentes curriculares obrigatórios

1º SEMESTRE	
Componente Curricular: História da Educação Brasileira	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Educação e historicidade. Educação no Brasil Colônia. Educação no Brasil Império. A constituição do Ensino Público no Brasil. A Educação no período Republicano. A Educação na Era Vargas. Educação no Período Ditatorial. A educação no período de redemocratização. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Educação nas Constituições Brasileiras. A Educação no contexto atual. História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.	
Bibliografia Básica	
ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil: 1930-1973 . 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). Histórias e memórias da educação no Brasil: vol III: séculos XX . 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). Histórias e memórias da educação no Brasil: vol II: séculos XIX . 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.	
Bibliografia Complementar	
STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). Histórias e memórias da educação no Brasil: vol I: séculos XVI-XVII . 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Educadores e educandos: tempos históricos . 3. ed. atual. e rev. Brasília: Ed. UnB, 2008. NOVOA, Antonio. História da educação brasileira: formação do campo . Ijuí: Unijuí, 2010. GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da educação brasileira . São Paulo: Cortez, 2011. MANIFESTO dos pioneiros da educação nova (1932) e dos educadores (1959) . Santa Maria: Fundação Joaquim Nabuco: Ed. Massangana, 2010.	

Componente Curricular: Filosofia da Educação	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Filosofia e Educação: diferentes abordagens. A indissociabilidade entre filosofia e educação no pensamento grego. A filosofia grega e a formação do ser humano. Análise filosófico-pedagógica da educação na modernidade e na contemporaneidade. Filosofia da Educação na formação e na prática do trabalhador. Educação e Cultura. Educação e o mundo do trabalho.	
Bibliografia Básica	
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação . São Paulo: Moderna, 1996. COTRIM, Gilberto. Fundamentos da filosofia: história e grandes temas . São Paulo: Saraiva, 2011. SEVERINO, Antônio J. Filosofia da Educação: construindo a cidadania . São Paulo: FTD, 1994.	
Bibliografia Complementar	
BOFF, Leonardo. Ética e moral: a busca dos fundamentos . 5.ed. Petrópolis : Vozes , 2009. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Homem, trabalho e cultura: abordagem filosófica e antropológica . 3. ed. atual. e rev. Brasília: Ed. UnB, 2008. CHARLOT, Bernard. Relação com o saber, formação de professores e globalização: questões para a educação hoje . Porto Alegre: Artmed, 2005. DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação . Petrópolis: Vozes, 2004. SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional . 9.ed. rev. e ampl.. São Paulo: Atlas, 2010.	

Componente Curricular: Fundamentos de Matemática Elementar I	
Carga Horária: 108 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Noções de conjuntos numéricos, operações com conjuntos, produto cartesiano, e relações. Definição de função. Tipos de funções: injetora, sobrejetora e bijetora; par e ímpar. Função composta e função inversa. Funções elementares: afim, modular, quadrática, exponencial e logarítmica.	
Bibliografia Básica	
GIOVANNI, José Ruy. BONJORNO, José Roberto. Matemática Uma nova abordagem . Vol 1 Progressões. 2º ed. FTD. São Paulo, 2011. DEMANA, Franklin D. Pré-Cálculo . 2ª ed. Editora Pearson, São Paulo: Ática, 2013. GENTIL, Nelson. Matemática para o 2º Grau . 11ª ed, Editora Ática. São Paulo, 2001.	
Bibliografia Complementar	

BEZERRA, Manoel J. Matemática – Volume Único . São Paulo: Editora Scipione, 1996.
DANTE, Luis Roberto. Tudo é matemática. (5ª a 8ª série) . São Paulo: Ática, 2005.
IEZZI, Gelson MURAKAMI, Carlos. Fundamentos da Matemática Elementar: Conjuntos e Funções . Atual Editora: São Paulo, 2005.
IMENES, Luiz Márcio. Matemática para todos. (5ª a 8ª série) . São Paulo: Scipione, 2007.
IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo. Matemática e realidade. (5ª a 8ª série) . São Paulo: Atual, 2005.

Componente Curricular: Matemática Básica	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Definição e propriedades das operações de potenciação e radiciação. Operações com polinômios. Produtos notáveis. Fatoração algébrica. Equação: do 1º grau, do 2º grau, biquadrada, fracionária e irracional. Sistemas de equações com duas variáveis. Inequações. Razão e proporção e suas relações. Regra de três simples e composta.	
Bibliografia Básica	
MORI, Iracema; ONAGA, Dulce S. Matemática: ideias e desafios . (5ª a 8ª série). São Paulo: Saraiva, 2005.	
IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo. Matemática e realidade . (5ª a 8ª série). São Paulo: Atual, 2005.	
IMENES, Luiz Márcio. Matemática para todos . (5ª a 8ª série). São Paulo: Scipione, 2007.	
Bibliografia Complementar	
BEZERRA, Manoel J. Matemática – Volume Único . São Paulo: Editora Scipione, 1996.	
DANTE, Luis Roberto. Tudo é matemática. (5ª a 8ª série) . São Paulo: Ática, 2005.	
DANTE, Luis Roberto. Matemática: contexto e aplicações . Volume único. São Paulo: Ática, 2011.	
IEZZI, Gelson MURAKAMI, Carlos. Fundamentos da Matemática Elementar: Conjuntos e Funções . Atual Editora: São Paulo, 2005.	
MORI, Iracema; ONAGA, Dulce S. Matemática: ideias e desafios . 9º ano. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.	

Componente Curricular: Tecnologias da Informação e da Comunicação	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Conceitos básicos em computação. Sistema livre e proprietário. Políticas de informatização da educação brasileira. Editores: de texto, de apresentação e de planilhas e seus recursos para a matemática. As mídias e a aprendizagem da matemática. Ambientes virtuais de aprendizagem em matemática. Ambientes de comunicação e interação e suas implicações nos processos de aprendizagem em matemática.	
Bibliografia Básica	
LOBO, Edson J. R. BrOffice Writer – Nova solução em código aberto na editoração de textos . Ed. Ciência Moderna, 2008.	
REHDER, Wellington da Silva; ARAUJO, Adriana de Fatima. BrOffice.Org Impress – Recursos e Aplicações em Apresentação de Slides . Ed. Viena, 2008.	
RODRIGUES, Heloisa H. C.. Aprendendo BrOffice.Org – Exercícios Práticos . Ed. UFPEL - UNI PELOTAS, 2009.	
Bibliografia Complementar	
GONÇALVES, Cristiane. BrOffice.Org Calc Avançado com Introdução às Macros . Ed. Ciência Moderna, 2009.	
MANZANO, Jose A. N. G.; BrOffice.Org 2.0 – Guia Prático de Aplicação , Ed. Érica, 2006.	
MANZANO, José A. N. G. Estudo Dirigido de Microsoft Office Excel 2007 . 2. ed. São Paulo: Érica, 2006.	
MANZANO, André L. N. G.; MANZANO, Maria Izabel N. G. Estudo Dirigido de Microsoft Office Word 2007 . 2. ed. São Paulo: Érica, 2011.	
COX, Joyce; PREPPERNAU, Joan. Microsoft office powerpoint 2007: passo a passo . Porto Alegre: Bookman, 2008.	

Componente Curricular: Leitura e Produção Textual	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Concepções de leitura: leitura crítica e compreensão dos vários gêneros textuais. Conceitos relativos à produção textual. Estratégias de planejamento do texto escrito. Práticas de escrita de diversos gêneros textuais com predomínio de sequências textuais argumentativas e expositivas.	
Bibliografia Básica	
CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo . 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.	
GERALDI, J. W. O texto na sala de aula . 2.ed. São Paulo: Ática, 1999.	
MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da língua portuguesa . 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.	
Bibliografia Complementar	
BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa . 37.ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2009.	
FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto: leitura e redação . 2.ed. São Paulo: Ática, 1991.	
INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. Escrevendo pela nova ortografia: como usar as regras do novo acordo ortográfico	

da língua portuguesa. 3.ed. São Paulo: Publifolha, 2009.
KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2001.
LIMA, Antônio Oliveira. **Manual de redação oficial: teoria, modelos e exercícios**. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Componente Curricular: Prática de Ensino de Matemática I	
Carga Horária: 50 horas	Período Letivo: 1º semestre
Ementa	
Cultura e organização escolar no Ensino Fundamental; Trabalho docente: constituição do profissional docente; Tendências pedagógicas no ensino da Matemática.	
Bibliografia Básica	
MARQUES, Mario Osório. A Formação do profissional da educação . 5. ed. rev. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2006. MOREIRA, Antonio Flavio; TADEU, Tomaz (Org.). Currículo: cultura e sociedade . 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011. ARROYO, Miguel G. Ofício de Mestre. Imagens e autoimagens . 12. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.	
Bibliografia Complementar	
GERADI, Corinta Maria Grisolia; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro (Org.). Cartografias do trabalho docente: professo(a)-pesquisador(a) . 12. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2011. MARQUES, Mario Osório. Caminhos da Formação de um educador . Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2006. VICTORIO FILHO, Aldo; MONTEIRO, Solange Castellano Fernandes (Org.). Cultura e conhecimento de professores . Rio de Janeiro: DP&A, 2002. GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antonio Flavio (Org.). Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional . 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.	

2º SEMESTRE	
Componente Curricular: Sociologia da Educação	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
A Sociologia da Educação na formação do professor. Teorias da Sociologia da Educação. Sociedade, Educação e Vida Moral: Durkheim e a Educação. Sociedade, Educação e Emancipação: Marx e o pensamento sociológico. Weber e a Educação. Bourdieu e a Educação. Gramsci e a Educação. Sociologia da Educação no Brasil. Educação em Direitos Humanos na escola contemporânea. Educação e Sociedade: perspectivas contemporâneas emergentes.	
Bibliografia Básica	
CARVALHO, Alonso B. et al. Sociologia e educação: leituras e interpretações . São Paulo: Avercamp, 2006. MARTINS, José de S; FORACCHI, Marialice. M. Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia . Rio de Janeiro: LTC, 1998. NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, Afrânio. Escritos de Educação . 8 ed. Petrópolis RJ: Vozes, 1998.	
Bibliografia Complementar	
ADORNHO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: Educação e Emancipação . 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura . In: NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, Afrânio. Escritos de Educação . 8 ed. Petrópolis RJ: Vozes, 1998. DUBAR, Claude. A socialização: construção das identidades sociais e profissionais . Porto: Porto Editora, 1997. DURKHEIM, E. Educação e Sociologia . 11ª edição, São Paulo: Melhoramentos, 1978. LAHIRE, Bernard. Sucesso escolar nos meios populares . São Paulo: Ática, 1997.	

Componente Curricular: Psicologia da Educação	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Histórico da Psicologia e Psicologia da Educação. A psicologia da Educação como ciência. Aprendizagem: preceitos e disposições. Comportamentalismo e Educação. Humanismo e Educação. Psicanálise e Educação. Psicologia Genética e Educação. Teoria sócio-histórica e educação. Teoria simbólico-cultural e Educação. A perspectiva cognitiva de aprendizagem. Dificuldades de aprendizagem. Processos de ensino e aprendizagem na contemporaneidade.	
Bibliografia Básica	
BIAGGIO, Ângela M. Brasil. Psicologia do Desenvolvimento . 15.ed. Petrópolis: Vozes. 2001. FONTANA, R., CRUZ, N. Psicologia e trabalho pedagógico . São Paulo: Atual, 1997. SALVADOR, C.C. [et al.] Psicologia da educação . Porto Alegre: ArtMed, 1999.	
Bibliografia Complementar	
COLL, Cesar et al. Desenvolvimento Psicológico e Educação . (vol.1) Porto Alegre: Artes Médicas, 2005. HARDY, M., HEYES, S. Uma introdução à psicologia . Rio de Janeiro: Zahar, 1980.	

KRECH, D., CRUTCHFIELD, R. **Elementos da psicologia**. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 1980.
STRECK, Danilo R. **Rousseau & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
TELES, M.L.S. **Psicodinâmica do desenvolvimento humano: uma introdução à psicologia da educação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

Componente Curricular: Fundamentos de Matemática Elementar II

Carga Horária: 108 horas

Período Letivo: 2º semestre

Ementa

Relações trigonométricas no triângulo retângulo. Lei dos senos e dos cossenos. Área de triângulos quaisquer. Estudo e análise de funções trigonométricas. Funções trigonométricas inversas. Números complexos: definição, propriedades, operações, representação geométrica, complexos conjugados, valor absoluto, forma polar, raízes e regiões do plano. Polinômios: definição, igualdade, grau, operações, raízes reais e complexas.

Bibliografia Básica

BARRSO, Juliane M.; **Conexões com a Matemática**. V.2. 1ª edição- São Paulo: Moderna, 2010.
DEMANA, Franklin D. **Pré-Cálculo**. 2ª ed. Editora Pearson, São Paulo: Ática, 2013.
DANTE, Luís Roberto, **Matemática: contexto e Aplicações**. V.2. Editora Cármen Sílvia Rela Matricardi, São Paulo, SP, 2011.

Bibliografia Complementar

IEZZI, Gelson, **Fundamentos da Matemática Elementar**. v.3, São Paulo. Atual Editora. 2013.
IEZZI, Gelson, **Fundamentos da Matemática Elementar**. v.6, São Paulo. Atual Editora. 2013.
DANTE, Luís Roberto, **Matemática: contexto e Aplicações**. v.3, Editora Cármen Sílvia Rela Matricardi, São Paulo, SP, 2011.
PAIVA, Manoel Rodrigues. **Matemática V.2**. Editora Moderna – 2ª edição- São Paulo, 2010.
PAIVA, Manoel Rodrigues. **Matemática V.3**. Editora Moderna – 2ª edição- São Paulo, 2010.

Componente Curricular: Geometria Analítica

Carga Horária: 72 horas

Período Letivo: 2º semestre

Ementa

Vetores no R^2 e R^3 : definição algébrica e geométrica, operações com vetores e suas propriedades; produto escalar, produto vetorial, produto misto e suas aplicações. Estudo da equação da reta no plano e no espaço. Estudo do plano. Distâncias. Posições relativas de retas e planos. Ângulos entre retas e planos. Estudo da circunferência. Estudos das cônicas.

Bibliografia Básica

BOULOS, P.; Camargo, I. **Geometria analítica: um tratamento vetorial**. 3ª ed. São Paulo: Pearson Education, 2005.
IEZZI, Gelson. **Fundamentos de Matemática elementar: geometria analítica**. 5.ed. São Paulo: Atual, volume 07, 2005.
PAIVA, Manoel Rodrigues. **Matemática: conceitos, linguagem e aplicações**. São Paulo: Moderna, 2007.

Bibliografia Complementar

BOULOS, P.; Camargo, I. **Introdução à Geometria Analítica no espaço**. São Paulo: Makron Books, 1997.
LIMA, Elon Lages. **Coordenadas no Espaço**. SBM. Rio de Janeiro, 1998.
SANTOS, Fabiano José dos. **Geometria Analítica**. Editora Bookman. 1ª edição. 2009.
STEIMBRUCH, Alfredo. WINTERLE, Paulo. **Geometria Analítica**. Editora Makron Books. São Paulo, 2004.
WINTERLE, Paulo. **Vetores e geometria analítica**. São Paulo: Pearson, 2000.

Componente Curricular: Metodologia Científica

Carga Horária: 36 horas

Período Letivo: 2º semestre

Ementa

Tipos de conhecimento. Produção do conhecimento científico. Métodos, abordagens e tipos de pesquisa. Planejamento de pesquisa. Estrutura e organização dos gêneros acadêmico-científicos (artigo, relatório, projeto de pesquisa). Normas técnicas de apresentação de trabalhos acadêmico-científicos. Ética na pesquisa.

Bibliografia Básica

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo : Atlas, 2002.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

Bibliografia Complementar

BRANDÃO, C. R. (org.) **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
CERVO, Amado Luiz & BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo : Pentice Hall, 2002.
DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

FAZENDA, Ivani C. A. **Metodologia da pesquisa Educacional**. 5 ed. São Paulo, Cortez, 1999.
MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 6.ed. São Paulo : Atlas, 2004.

Componente Curricular: Prática de Ensino de Matemática II	
Carga Horária: 50 horas	Período Letivo: 2º semestre
Ementa	
Pesquisa e investigação em Educação Matemática.	
Bibliografia Básica	
BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; BORBA, Marcelo de Carvalho. Educação matemática: pesquisa em movimento . 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005. MACHADO, Nilson. José. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente . São Paulo: Cortez, 1999. MIGUEL, Antonio; MIORIM, Maria Ângela. História na educação matemática: propostas e desafios . Belo Horizonte: Autêntica, 2008.	
Bibliografia Complementar	
D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade , 3ª. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2009. D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação matemática: da teoria a prática . 23ª ed. Campinas: Papirus, 2012. FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sergio. Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos . Campinas: Autores Associados, 2006. GARNICA, A. V. M. Filosofia da Educação Matemática: algumas ressignificações e uma proposta de pesquisa . In: Pesquisa em Educação Matemática: concepções & perspectivas . Org.: Maria Aparecida V. Bicudo. São Paulo: UNESP, 1999. VALENTE, W. R. Uma história da matemática escolar no Brasil . 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2007.	

3º SEMESTRE	
Componente Curricular: Políticas, Gestão e Organização da Educação	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
A educação escolar como direito da cidadania e como dever do Estado na sociedade brasileira. Organização da Educação Brasileira, bases conceituais e normativas. Políticas governamentais na atualidade para a área da educação. Gestão da(s) política(s) da educação básica nos diferentes níveis e modalidades de sua organização. Planejamento Educacional. Gestão Democrática da Educação.	
Bibliografia Básica	
ABREU, Mariza, Organização da Educação Nacional na Constituição e na L.D.B. . Ijuí: Editora Unijuí, 1998. DEMO, Pedro, A nova LDB: ranços e avanços . Campinas – SP: Papirus, 1997. MENEZES, João Gualberto de Carvalho e outros. Estrutura e funcionamento da Educação Básica – leituras . São Paulo: Pioneira, 1998.	
Bibliografia Complementar	
Câmara de Educação Básica. Resolução n.3, de 26 de junho de 1998 : Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. BRANDÃO, Carlos da Fonseca. Estrutura e Funcionamento do Ensino . São Paulo: Avercamp, 2004. PILETTI, Nelson. A estrutura e funcionamento do ensino fundamental . 26 ed. São Paulo: Ática, 2001. SANTOS, Clovis Roberto dos. Educação Escolar Brasileira: estrutura, administração, legislação . São Paulo: Pioneira, 1999. SOUZA, P. N. P. de; SILVA, E. B. da. Como entender e aplicar a nova LDB . SP: Pioneira, 1997.	

Componente Curricular: Álgebra Linear I	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Matrizes: tipos, operações e matriz inversa. Determinantes: cálculo do determinante e suas propriedades. Sistemas lineares: métodos de resolução e discussão de sistemas lineares.	
Bibliografia Básica	
LORETO, A. C. C. Álgebra Linear e suas Aplicações . 2.ed. Rio de Janeiro: LCTE, 2009. BOLDRINI, J. L; COSTA, S. R. C; FIGUEIREDO, V. L; WETZLER, H. G. Álgebra Linear . Editora Harbra Ltda. São Paulo, 1986. STEINBRUCH, Alfredo, WINTERLE, Paulo. Álgebra Linear . Editora Makron Books, 2ª ed.. São Paulo, 1987.	
Bibliografia Complementar	
CALLIOLI, C. A; DOMINGUES, H. H; COSTA, R. C. F. Álgebra Linear e Aplicações . Atual Editora. 1987.	

CARVALHO, João Bosco Pitombeira de. **Vetores, Geometria Analítica e Álgebra Linear: um tratamento moderno.** Ao Livro Técnico. Rio de Janeiro, 1975.
LAY, D. C. **Álgebra linear e suas aplicações.** 2.ed. Rio de Janeiro:LTC, 2007.
NOBLE, B; DANIEL, J. W. **Álgebra Linear Aplicada.** Prentice/Hall do Brasil. 1977.
ANTON – RORRES. **Álgebra Linear com Aplicações.** 8ª ed. Bookman Porto Alegre, 2006.

Componente Curricular: Geometria Plana	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Construção axiomática da geometria plana: elementos fundamentais da geometria; paralelismo; perpendicularismo; polígonos. Estudo dos triângulos. Estudo dos quadriláteros notáveis. Estudo da circunferência. Áreas de superfícies planas.	
Bibliografia Básica	
DOLCE. OSVALDO; POMPEO, Nicolau. Fundamentos de Matemática Elementar: Geometria Plana. São Paulo: Atual, 2011. NETO, Antônio C. Muniz. Tópicos de Matemática Elementar: Geometria Euclidiana Plana. Rio de Janeiro: Ed.SBM, 2012. BARBOSA, Joao Lucas Marques. Geometria euclidiana plana. 10. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2006.	
Bibliografia Complementar	
GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto. Matemática: uma nova abordagem. 2. ed. São Paulo: FTD, 2011. IEZZI, Gelson; MACHADO, Antonio; DOLCE, Osvaldo. Geometria plana: conceitos básicos . 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Atual, 2011. RÊGO, Rogéria Gaudencio do; REGO, Rômulo Marinho do; VIEIRA, Kleber Mendes. Laboratório de ensino de geometria. Campinas: Autores Associados, 2012. LIMA, Elon Lages; CARVALHO, Paulo Cezar Pinto; WAGNER, Eduardo; MORGADO, Augusto César. A matemática do Ensino Médio. Rio de Janeiro. Ed. SBEM, 2006. REZENDE Eliane Q. F.; QUEIROZ, MARIA LÚCIA B. Geometria Euclidiana Plana e Construções Geométricas. São Paulo: Unicamp, 2008.	

Componente Curricular: Matemática Discreta	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Progressões numéricas (PA e PG): leis de recorrência, termo geral, propriedades, soma dos n primeiros termos. Análise Combinatória: princípio fundamental da contagem, arranjo simples, permutação simples, permutação com elementos repetidos, combinação simples. Probabilidade.	
Bibliografia Básica	
DANTE, Luiz Roberto. Matemática: contexto e aplicações. 5.ed. São Paulo: Ática, 2011. IEZZI, Gelson, Fundamentos da Matemática Elementar v.4, São Paulo. Atual Editora. 2013. IEZZI, Gelson, Fundamentos da Matemática Elementar v.5, São Paulo. Atual Editora. 2013.	
Bibliografia Complementar	
HUNTER, David J. Fundamentos da Matemática Discreta. Rio de Janeiro: LTC, 2011. LIPSCHUTZ, Seymour; LIPSON, Marc Lars. Teoria e problemas de matemática discreta. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. MENEZES, P.B. Matemática discreta para Computação e Informática. 2. ed. Porto Alegre, Sagra-Luzzatto. Instituto de Informática da UFRGS, Série Livros Didáticos, número 16, 2008. RIBEIRO, Jackson. Matemática: ciência e linguagem. São Paulo: Scipione, 2007. SCHEINERMAN, E.R. Matemática discreta: uma introdução. São Paulo: Thomson Learning Ltda, 2003.	

Componente Curricular: Cálculo Diferencial e Integral I	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Limite de uma função real. Continuidade de uma função. Derivadas de funções de uma variável: partindo do conceito de derivada como taxa de variação. Teoremas sobre derivadas de funções elementares, regras práticas de derivação, derivação implícitas e de ordem superior. Aplicações de derivadas para esboço de gráficos e na resolução de problemas de taxa de variação. Aplicação de derivada como máximos e mínimos relativos, e aplicações em outras áreas de conhecimento.	
Bibliografia Básica	
ANTON, Howard, Bivens, Irl, Davis, Stephen. Cálculo. Vol 1, 8.ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.	

HOFFMANN, Laurence D.; BRADLEY, Gerald L. Cálculo: um curso moderno e suas aplicações . Tradução e revisão Ronaldo Sérgio de Biasi. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
LARSON, Ron. Cálculo com aplicações . 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.
Bibliografia Complementar
BOULOS, Paulo. Introdução ao Cálculo . V. 1. São Paulo: Makron Books, 1999.
FLEMMIG, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A . São Paulo: Makron Books, 2007.
GUIDORIZZI, Hamilton. Um Curso de Cálculo . V. 1. LTC, 1985.
LEITHOLD, Louis. O Cálculo com Geometria Analítica . v.1. São Paulo: Harbra & Row do Brasil, 1977.
STEWART, James. Cálculo . V. 1. 5.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

Componente Curricular: Prática de Ensino de Matemática III	
Carga Horária: 50 horas	Período Letivo: 3º semestre
Ementa	
Tecnologias na formação do professor de matemática. Recursos educacionais e tecnológicos, no ensino de Matemática, voltados ao Ensino Fundamental.	
Bibliografia Básica	
DEMO, Pedro. Formação permanente e tecnologias educacionais . Editora Vozes. Rio de Janeiro, 2006.	
CAVALHEIRI, Alceu; ENGERROFF, Sérgio N. e SILVA, Jair da Costa. (org). As novas tecnologias e os desafios para uma educação humanizadora . Editora Biblos. Santa Maria – RS, 2013.	
MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T. e BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica . Editora Papirus. São Paulo, 2000.	
Bibliografia Complementar	
BITTAR, M. O uso de software educacionais no contexto da aprendizagem virtual . In : Educação e Arte no Mundo Digital, pp. 73 à 96. Editora UFMS, Campo Grande, MS, 2000.	
CARVALHO, Jose M. [et. al.]. História e Tecnologia no Ensino da Matemática . Editora Ciência Moderna. 1ª ed.. São Paulo, 2008.	
BORBA, Marcelo de Carvalho; PENTEADO, Miriam. Informática e educação matemática . 5. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2012.	
LORENZATO, Sérgio. Laboratório de Ensino da Matemática na Formação de Professores . Editora Autores Associados. 1ª ed.. São Paulo, 2006.	
VALENTE, J. A. (org.) Computadores e conhecimento, repensando a educação . Campinas (SP): Gráfica da UNICAMP, 1993.	

4º SEMESTRE	
Componente Curricular: Didática, Currículo e Organização do Trabalho Pedagógico	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 4º semestre
Ementa	
Origens do campo da Didática: histórico, concepções e abordagens. Pedagogia Tradicional, Pedagogia escolanova, Pedagogia Tecnista, Pedagogia Histórico-Crítica: implicações didático-metodológicas. Teorias do currículo. A cultura, o currículo e a prática escolar. Currículo Integrado. A dinâmica da sala de aula: metodologias, procedimentos e técnicas de ensino. A relação professor-aluno. Planejamento e avaliação da prática pedagógica.	
Bibliografia Básica	
LIBÂNEO, J. C. Didática . São Paulo: Cortez, 1994.	
SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações . Campinas, SP: Autores Associados, 2008.	
VEIGA, I. P. A. Didática: o ensino e suas relações . Campinas, SP: Papirus, 1996.	
Bibliografia Complementar	
FREIRE, Paulo, 1921-1997. Educação e mudanças . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.	
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1997.	
GASPARIN, João Luiz. Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica . 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.	
HERNANDEZ, F. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho . Porto Alegre: Artmed, 1998.	
ZABALA, Antoni; ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar . São Paulo: ARTMED, 1998.	

Componente Curricular: Metodologias do Ensino de Matemática I	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 4º semestre
Ementa	
Estudo das metodologias de ensino: metodologia de jogos, etnomatemática e modelagem matemática. Livros didáticos no ensino de matemática. Parâmetros curriculares nacionais e suas relações com as diferentes metodologias de ensino.	
Bibliografia Básica	

D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação matemática: da teoria a prática . 23. ed. Campinas: Papirus, 2012.
BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; BORBA, Marcelo de Carvalho. Educação matemática: pesquisa em movimento . 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
MIGUEL, Antonio; MIORIM, Maria Ângela. História na educação matemática: propostas e desafios . Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
Bibliografia Complementar
CARVALHO, Dione Lucchesi. Metodologia do ensino da Matemática . São Paulo: Cortez, 1994.
MACHADO, Silvia Dias Alcântara. Aprendizagem em Matemática . São Paulo: Papirus, 2010.
FAZENDA, Ivani; Metodologia da pesquisa educacional . 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.
GERALDI, Corinta Maria Grisolia; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de A. (Org.). Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a) . 2. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2011.
SILVEIRA, Everaldo; MIOLA, Rudinei Jose. Metodologia no Ensino de Matemática e Física . Curitiba: Ibpx, 2008.

Componente Curricular: Estatística Básica	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 4º semestre
Ementa	
Estatística descritiva: utilização e aplicação em situações reais. Apresentação tabular e gráfica da Estatística Descritiva. Medidas de posição e dispersão. Amostragem.	
Bibliografia Básica	
FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. Curso de Estatística . 6ª.ed. São Paulo: Atlas, 1996.	
MOORE, David S. A estatística básica e sua prática . 3ª ed. Rio de Janeiro LTC 2011.	
LEVINE, D. M; STEPHAN, D. F. Estatística: Teoria e Aplicações usando Microsoft . 6.ed. LTC, 2012.	
Bibliografia Complementar	
HOEL, Paul G. Estatística Matemática . 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Dois S. A, 1980.	
MENDENHALL, William. Probabilidade e Estatística . Editora <i>Campus</i> . Rio de Janeiro, 1985.	
CRESPO, A. A. Estatística fácil . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. MARTINS, G. A. Princípios de Estatística . 4. ed. Atlas, 1990.	
COSTA NETO, P. L. de O. Estatística . 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.	
FONSECA, J. S.; MARTINS, G. de A. Curso de Estatística . 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.	

Componente Curricular: Cálculo Diferencial e Integral II	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 4º semestre
Ementa	
Conceito de diferencial e antidiferencial. Conceito de integração como anti-derivada. Técnicas de integração. Teorema Fundamental do Cálculo. Estudo da integral definida e suas propriedades. Aplicações de integrais definidas no cálculo de áreas e volumes de sólidos de revolução de funções de uma variável.	
Bibliografia Básica	
ANTON, Howard, Bivens, Irl, Davis, Stephen. Cálculo . Vol 1, 8.ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.	
HOFFMANN, Laurence D.; BRADLEY, Gerald L. Cálculo: um curso moderno e suas aplicações . Tradução e revisão Ronaldo Sérgio de Biasi. Rio de Janeiro: LTC, 2008.	
LARSON, Ron. Cálculo com aplicações . 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.	
Bibliografia Complementar	
BOULOS, Paulo. Introdução ao Cálculo . V. 1. São Paulo: Makron Books, 1999.	
FLEMMIG, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A . São Paulo: Makron Books, 2007.	
GUIDORIZZI, Hamilton. Um Curso de Cálculo . V. 1. LTC, 1985.	
LEITHOLD, Louis. O Cálculo com Geometria Analítica . v.1. São Paulo: Harbra & Row do Brasil, 1977.	
STEWART, James. Cálculo . V. 1. 5.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.	

Componente Curricular: Geometria Espacial	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 4º semestre
Ementa	
Estudo axiomático da geometria espacial. Poliedros: de Platão, Prismas e Pirâmides. Sólidos de revolução: cilindros, cones e esfera.	
Bibliografia Básica	
DOLCE, O.; POMPEO, J. N. Geometria Espacial. Coleção Fundamentos de Matemática Elementar . vol. 10, São Paulo: Atual, 2005.	
REZENDE, Eliane Quelho Frota; QUEIROZ, Maria Lucia Bontorim de. Geometria euclidiana plana e construções geométricas . Campinas: Unicamp, 2008.	
WAGNER, Eduardo. Construções Geométricas . SOLGRAF Publicação Ltda. Rio de Janeiro, 2000.	
Bibliografia Complementar	

BARBOSA, J.L. **Geometria Euclidiana Plana**. Coleção Professor de Matemática. Rio de Janeiro: SBM, 2005.
 ARANHA, Alvaro Zimmermann. **Geometria Espacial – Caderno de Atividades Vol 1**, 1ª edição, 2006.
 CARVALHO, P. C. P. **Introdução à Geometria Espacial**. Rio de Janeiro: SBM, 2002.
 FERREIRA, E. B.; MAIA, F. A.; ALVES, M. R.; ALMEIDA, M. T. C.; FRANÇA, S. D. **Geometria Dinâmica - contribuições do Geogebra para a Matemática na educação básica**. Editora Appris, 2013.
 GIOVANNI, José Ruy; BONJORNIO, José Roberto e GIOVANNI JR, José Ruy. **Matemática fundamental: uma nova abordagem**. Volume único, São Paulo: FTD, 2002.

Componente Curricular: Prática de Ensino de Matemática IV	
Carga Horária: 50 horas	Período Letivo: 4º semestre
Ementa	
Tecnologias na formação do professor de matemática. Recursos educacionais e tecnológicos, no ensino de Matemática, voltados ao Ensino Médio.	
Bibliografia Básica	
DEMO, Pedro. Formação permanente e tecnologias educacionais . Editora Vozes. Rio de Janeiro, 2006. CAVALHEIRI, Alceu; ENGERROFF, Sérgio N. e SILVA, Jair da Costa. (org). As novas tecnologias e os desafios para uma educação humanizadora . Editora Biblios. Santa Maria – RS, 2013. MORAN, José Manuel; MASETO, Marcos T. e BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica . Editora Papirus. São Paulo, 2000.	
Bibliografia Complementar	
BITTAR, M. O uso de software educacionais no contexto da aprendizagem virtual . In : Educação e Arte no Mundo Digital, pp. 73 à 96. Editora UFMS, Campo Grande, MS, 2000. CARVALHO, Jose M. [et. al.]. História e Tecnologia no Ensino da Matemática . Editora Ciência Moderna. 1ª ed.. São Paulo, 2008. BORBA, Marcelo de Carvalho; PENTEADO, Miriam. Informática e educação matemática . 5. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2012. LORENZATO, Sérgio. Laboratório de Ensino da Matemática na Formação de Professores . Editora Autores Associados. 1ª ed.. São Paulo, 2006. VALENTE, J. A. (org.) Computadores e conhecimento, repensando a educação . Campinas (SP): Gráfica da UNICAMP, 1993.	

5º SEMESTRE	
Componente Curricular: Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 5º semestre
Ementa	
Trabalho, educação, ciência e tecnologia. As metamorfoses do mundo do trabalho. As transformações científicas e tecnológicas e suas implicações no mundo do trabalho e no processo educativo. A formação do trabalhador no contexto atual. Políticas de educação profissional e de educação de jovens e adultos. Princípios e fundamentos da educação de jovens e adultos. Os sujeitos e a historicidade da educação de jovens e adultos. Métodos e processos de ensino e aprendizagem de jovens e adultos.	
Bibliografia Básica	
CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria . Porto Alegre: Artmed, 2000. GADOTTI, Moacir. Educação de Jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta . São Paulo: Cortez Editora, 2007. BARCELOS, Valdo. Formação de Professores para a Educação de Jovens e Adultos . 5ª ed. Editora Vozes. São Paulo, 2012.	
Bibliografia Complementar	
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Proeja: Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos : documento base. Brasília : MEC , 2009. CHARLOT, B. (org.). Os jovens e o saber: perspectivas mundiais . Porto Alegre: Artmed, 2001. FERREYRA, E. N. A linguagem oral na educação de adultos . Porto Alegre: Artmed, 1998. FREIRE, Paulo. Educação como prática da Liberdade . 29 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. SOARES, Leonico, GIOVANETTI, Maria Amélia e GOMES, Nilma Lima. Diálogos na Educação de Jovens e Adultos . 2.ed. Belo Horizonte – MG: Autêntica, 2007.	

Componente Curricular: Metodologias do Ensino de Matemática II	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 5º semestre
Ementa	
Estudo das metodologias de ensino: aprendizagem por projetos, história da matemática, resolução de problemas, investigação matemática, engenharia didática e a análise de erros. Livros didáticos no ensino de matemática. Pa-	

râmetros curriculares nacionais e suas relações com as diferentes metodologias de ensino estudadas.
Bibliografia Básica
BICUDO, M. A. V.; BORBA, M. De C. Educação Matemática: pesquisa em movimento . São Paulo: Cortez, 2012. BORBA, Rute; GUIMARAES, Gilda. Pesquisa em educação matemática- repercussões em sala de aula . São Paulo: Cortez, 2009. MARTINS, Jorge Santos. O trabalho com projetos de pesquisa: do ensino fundamental ao ensino médio . 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
Bibliografia Complementar
D'AMBRÓSIO, Ubiratam. Educação Matemática: da teoria à prática . 22.ed. Campinas: Papyrus, 2011. HERNÁNDEZ, Fernando; MONTERRAT, Ventura. A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho . 5 ed.. Porto Alegre: Artmed, 2009. HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho . Porto Alegre: Artmed, 1998. IFRAH, F. Os números – A História de uma Grande Invenção . São Paulo: Globo, 2001. VALENTE, Vagner Rodrigues (Org.). Avaliação em matemática: história e perspectivas atuais . Campinas, SP. Papyrus, 2008.

Componente Curricular: Fundamentos de Álgebra	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 5º semestre
Ementa	
Noções elementares de lógica. Números inteiros: construção axiomática, propriedades, indução matemática, divisibilidade. Algoritmo de Euclides. Números Primos. Teorema Fundamental de aritmética.	
Bibliografia Básica	
DEAN, Richard A. Elementos de Álgebra Abstrata , Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1974. DE MAIO, Waldemar. Fundamentos de Matemática - Álgebra - Espaços Métricos e Topológicos . Rio de Janeiro: LTC, 2010. ZAHN, Maurício. Introdução à Álgebra . Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2013.	
Bibliografia Complementar	
DOMINGUES, H.; IEZZI G. Álgebra Moderna . São Paulo: Atual, 2003. HACK, Nilton F. R. Álgebra – uma introdução . Porto Alegre: EDPUCRS, 2009. SANTOS, J. Introdução à Teoria dos Números . Coleção matemática Universitária. 3ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2005. SHOKRANIAN, Salahoddin. Uma introdução à teoria dos números . Editora Ciência Moderna, 2008. SPIEGEL, M. R.; MOYER. R. E. Álgebra . Coleção Schaum.2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.	

Componente Curricular: Cálculo Diferencial e Integral III	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 5º semestre
Ementa	
Estudo das funções de duas ou mais variáveis. Limite e continuidade. Derivadas parciais e direcionais como taxa de variação. Interpretação geométrica do gradiente, rotacional e divergente. Plano tangente e reta normal a uma superfície. Estudo dos extremos relativos. Aplicações.	
Bibliografia Básica	
ANTON, Howard, Bivens, Irl, Davis, Stephen. Cálculo. Vol 2 , 8.ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. SIMMONS, George F. Cálculo com geometria analítica . V.2 São Paulo: Pearson, 2008. LEITHOLD, Louis. O Cálculo com Geometria Analítica . v.2. São Paulo: Harbra & Row do Brasil, 1977.	
Bibliografia Complementar	
GUIDORIZZI, Hamilton. Um Curso de Cálculo . Rio de Janeiro: LTC, 1985. IEZZI, Gelzon; MURAKAMI, Carlos; MACHADO, N. J. Fundamentos de Matemática elementar: limites, derivadas, noções de integral . 6.ed. São Paulo: Atual, 2004. LEITHOLD, Louis. O Cálculo com Geometria Analítica . v.2. São Paulo: Harbra & Row do Brasil, 1977. STEWART, James. Cálculo Vol. II . 4.ed. São Paulo: Pioneira, 2001. THOMAS JÚNIOR, G. B. Cálculo . 11.ed. São Paulo: Pearson, 2009.	

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado I	
Carga Horária: 60 horas	Período Letivo: 5º semestre
Ementa	
Inserção dos discentes em espaços educativos, nas diferentes modalidades e contextos do Ensino Fundamental. Leitura, análise e discussão da organização curricular da Matemática (sequência de conteúdos, definições, conceitualização e dimensão). Organização do planejamento da prática docente. Planejamento de atividades didático-pedagógicas. Acompanhamento do trabalho docente na escola.	
Bibliografia Básica	

CANDAU, Vera Maria (Org.) **Ensinar e Aprender: sujeitos e saberes e pesquisa. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino.** RJ: DP&A, 2000.
 HERNÁNDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. **A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho.** Artmed, 2001.
 PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência.** 6ª. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar

DALLA ZEN, Maria I.; XAVIER, Maria L. M. (Org). **Planejamento em Destaque:** análises menos convencionais. Porto Alegre: Mediação, 2000.
 PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado.** 21. ed. Campinas: Papirus, 2010.
 PIMENTA, Selma G.(Coord.) **Pedagogia, Ciência da Educação?** São Paulo, Cortez, 1998.
 VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico.** São Paulo: Libertad, 1999.
 BECKER, Fernando. **Educação e Construção do Conhecimento.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

Componente Curricular: Prática de Ensino de Matemática V

Carga Horária: 50 horas	Período Letivo: 5º semestre
--------------------------------	------------------------------------

Ementa

Elaboração de propostas de ensino e de materiais didáticos. Análise de livros didáticos de Ensino Fundamental. Planejamento, experimentação e avaliação de experiências de prática de ensino envolvendo matemática para o Ensino Fundamental. Construção de recursos didático-pedagógicos com reaproveitamento de materiais, focalizando a educação ambiental e a aplicabilidade da matemática em questões ambientais.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, Inês Barbosa de (Org.). **Alternativas emancipatórias em currículo.** São Paulo: Cortez, 2007.
 VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** 11ª. ed. São Paulo: Libertad, 2009.
 LORENZATO, Sérgio. (Org.). **O laboratório de ensino de matemática na formação de professores.** Campinas: Autores Associados, 2006.

Bibliografia Complementar

CRUZ, C. Ribeiro, U. **Metodologia Científica: teoria e prática,** Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2004.
 FIORENTINI, D. y Lorenzato, S. **Investigação em Educação Matemática: percursos teórico e metodológico,** Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
 FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
 PASSOS, C. L. B. **Materiais manipuláveis como recursos didáticos na formação de professores de matemática.** In: LORENZATO, Sérgio. Laboratório de Ensino de Matemática na formação de professores. Campinas: Autores Associados, 2006.
 RÊGO, R. M.; RÊGO, R. G. **Desenvolvimento e uso de materiais didáticos no ensino de matemática.** In: LORENZATO, Sérgio. Laboratório de Ensino de Matemática na formação de professores. Campinas: Autores Associados, 2006.

6º SEMESTRE

Componente Curricular: Diversidade e Educação Inclusiva

Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 6º semestre
--------------------------------	------------------------------------

Ementa

Diversidade e escola inclusiva. Legislação e Políticas Públicas de Educação Inclusiva no Brasil. Acessibilidade. Dificuldades de aprendizagem e necessidades educacionais específicas. Tecnologias Assistivas. Políticas Afirmativas e Educação. Gênero e Educação. Educação e Diversidades: Educação Quilombola, Educação Indígena, Educação em Direitos Humanos, dentre outras.

Bibliografia Básica

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is".** Belo Horizonte: Mediação, 2009.
 LOPES, Maura Corcini; Hattge, Morgana Domênica (org). **Inclusão Escolar: conjunto de práticas que governam.** Belo Horizonte, Autêntica, 2009.
 TRINDADE, Azoilda Loretto da; DOS SANTOS, Rafael (Orgs.). **Multiculturalismo: Mil e Uma Faces da Escola.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Bibliografia Complementar

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e Avaliação na Escola de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.** 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.
 CARVALHO, R. E. **Temas em educação especial.** 3ª ed. Rio de Janeiro: WVA Ed, 1998.
 D'ANGELIS, Wilmar. **Leitura e Escrita em Escolas Indígenas.** Ed. Mercado de Letras. Ed. 1997.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5 ed São Paulo: Cortez, 2005.
MOURA, Maria Cecília de. **O Surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

Componente Curricular: Libras	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 6º semestre
Ementa	
Representações históricas, cultura, identidade e comunidade surda; Políticas públicas e linguísticas na educação de surdos; Libras: aspectos gramaticais; Práticas de compreensão e produção de diálogos em Libras.	
Bibliografia Básica	
CAPOVILLA, CAPOVILLA Fernando César Capovilla. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue- Língua Brasileira de Sinais . São Paulo: Edusp, 2003. FELIPE, T. A. Introdução À Gramática de LIBRAS . Rio de Janeiro: 1997. QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.	
Bibliografia Complementar	
BOTELHO, P. Segredos e Silêncios na Educação dos Surdos . Editora Autentica, Minas Gerais, 7-12, 1998. BRANDÃO, Flávia. Dicionário Ilustrado de Libras . Editora Global. São Paulo, 2011. TANYA A FELIPE, LIBRAS em Contexto . Brasília: LIBREGRAF, 2004. ELLIOT, A.J. A linguagem da criança . Rio de Janeiro, Zahar, 1982. ELLIOT, A.J. Linguagem e Surdez . Porto Alegre, Artes Médicas, 2002.	

Componente Curricular: Álgebra Linear II	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 6º semestre
Ementa	
Vetores. Espaços vetoriais. Transformações lineares. Autovalores e autovetores. Ortogonalização de Gram-Schmidt. Polinômio minimal e forma de Jordan. Diagonalização de operadores.	
Bibliografia Básica	
LAY, D. C. Álgebra Linear e suas Aplicações . 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. LIPSCHUTZ, S. Álgebra linear . 4.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2011. WINTERLE, Paulo. Vetores e Geometria Analítica . São Paulo: Pearson, 2000.	
Bibliografia Complementar	
BOLDRINI, J. L; COSTA, S. R. C; FIGUEIREDO, V. L; WETZLER, H. G. Álgebra Linear . São Paulo: Harbra, 1986. CALLIOLI, C. A; DOMINGUES, H. H; COSTA, R. C. F. Álgebra Linear e Aplicações . São Paulo: Atual. 1987. HILL, David R.; KOLMAN, Bernard. Álgebra Linear com aplicações . 9.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. LEON, S.J. Álgebra Linear com Aplicações . Rio de Janeiro: LTC, 2011. LIMA, E.L. Álgebra Linear . Rio de Janeiro: SBM, 1996.	

Componente Curricular: Cálculo Diferencial e Integral IV	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 6º semestre
Ementa	
Coordenadas polares, cilíndricas e esféricas. Integrais múltiplas em coordenadas cartesianas, polares, cilíndricas e esféricas. Integral de linha. Integrais de superfícies. Aplicações de integral múltipla no cálculo de área e volume. Introdução a séries e sequências.	
Bibliografia Básica	
ANTON, Howard, Bivens, Irl, Davis, Stephen. Cálculo. Vol 2 , 8.ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. SIMMONS, George F. Cálculo com geometria analítica . V.2 São Paulo: Pearson, 2008. LEITHOLD, Louis. O Cálculo com Geometria Analítica . v.2. São Paulo: Harbra & Row do Brasil, 1977.	
Bibliografia Complementar	
LEITHOLD, Louis. O Cálculo com Geometria Analítica (volume 1) . Editora Harbra. São Paulo, 1994. ANTON, Howard, Bivens, Irl, Davis, Stephen. Cálculo. Vol 2 , 8.ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. FLEMMIG, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A . São Paulo: Makron Books, 2007. GUIDORIZZI, Hamilton. Um Curso de Cálculo , V.2. 5. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. GUIDORIZZI, Hamilton. Um Curso de Cálculo , V.4. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.	

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado II	
Carga Horária: 140 horas	Período Letivo: 6º semestre
Ementa	
Regência de classe no ensino fundamental, nas diferentes modalidades. Análise e discussão da ação docente. Elaboração de relatório de estágio.	

Bibliografia Básica	
CANDAUI, Vera Maria (Org.) Ensinar e Aprender: sujeitos e saberes e pesquisa. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. RJ: DP&A, 2000.	
DALLA ZEN, Maria I. e XAVIER, Maria L. M. (Org.) Planejamento em Destaque: análises menos convencionais. Porto Alegre: Mediação, 2000.	
HERNÁNDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho. Artmed, 2001.	
Bibliografia Complementar	
DALMÁS, Ângelo. Planejamento Participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação. Petrópolis: Vozes, 1994.	
ENGUITA, M. Educar em tempos incertos. Porto Alegre: Artmed, 2004.	
KUENZER, Acácia Zeneida; CALAZANS, Maria Julieta Costa e GARCIA, Walter. Planejamento Educacional no Brasil. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003.	
MENEGOLLA, Maximiliano. SANT ANA, Liza Marins. Por que planejar? Currículo - Área – Aula. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.	
NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Pedagogia dos projetos: etapas, papéis e atores. 4. ed. São Paulo: Érica, 2008.	

Componente Curricular: Prática de Ensino de Matemática VI	
Carga Horária: 50 horas	Período Letivo: 6º semestre
Ementa	
Prática adaptadas à educação inclusiva no ensino de matemática. Construção e aplicação de materiais didáticos de matemática para a educação inclusiva.	
Bibliografia Básica	
BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais. 3ª. ed. Atual, Porto Alegre: Mediação, 2010.	
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.	
BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.	
Bibliografia Complementar	
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.	
CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos "is". 3ª ed. Editora mediação. Porto Alegre, 2011.	
LOPES, M. C.; Hattge, M. D.; Inclusão escolar: conjunto de práticas que governam. Autêntica editora. Belo Horizonte, 2009.	
MAZZOTTA, Marcos. J. S. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005.	
OLIVEIRA, Luzia. F. M. Formação docente na escola inclusiva: diálogo como fio tecedor. Porto Alegre: Mediação, 2009.	

7º SEMESTRE	
Componente Curricular: Equações Diferenciais Ordinárias	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 7º semestre
Ementa	
Equações diferenciais ordinárias de 1ª ordem; solução geral e particular e suas aplicações. Equações diferenciais ordinárias de 2ª ordem; solução geral e particular e suas aplicações.	
Bibliografia Básica	
AYRES JUNIOR, Frank. Equações Diferenciais. São Paulo: Makron Books, 1998.	
BOYCE, William E. DIPRIMA, Richard C. Equações Diferenciais Elementares e Problemas de valores de Contorno. Edirora LTC. 9ª ed., Rio de Janeiro, 2010.	
BRONSON, Richard e outros. Equações Diferenciais. São Paulo: Edgard Blucher, 1995.	
Bibliografia Complementar	
CURL, Newby. Equações Diferenciais Aplicadas. São Paulo: Edgard Blucher, 1968.	
DIACU, Florin. Introdução a Equações Diferenciais. Editora LTC. 1ª ed.. Rio de Janeiro, 2004.	
E.KREYSZIG. Matemática Superior. Vol 1 Editora LTC. 1ª ed.. Rio de Janeiro, 1976.	
LEITHOLD, L.: O Cálculo com Geometria Analítica. Vol. 1. Harbra, 1994.	
MAURER, Willie A. Curso de Cálculo Diferencial e Integral: Equações Diferenciais. São Paulo: Edgard Blucher, 1968.	

Componente Curricular: História e Filosofia da Matemática	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 7º semestre
Ementa	
A Matemática a partir de uma perspectiva histórica. Descoberta e desenvolvimento dos conceitos: Origem da Matemática. A Matemática Egípcia e Babilônica. A Matemática Grega: a Matemática Pitagórica, a Idade Heroica e os três problemas famosos da antiguidade, Euclides e seus elementos e a Matemática grega depois de Euclides. A Matemática Chinesa, Hindu e Árabe. A Matemática na Europa de 500 a 1600. A alvorada matemática moderna. A geometria Analítica e os desenvolvimentos pré-cálculo. O cálculo e conceitos relacionados. O século XVIII e a exploração do cálculo. O século XIX e a libertação da Geometria e a Álgebra. A aritmetização da análise. A matemática no século XX.	
Bibliografia Básica	
AABOE, Asger. Episódios da história antiga da Matemática . Sociedade Brasileira de Matemática, 1984. BOYER, Carl B. História da Matemática . Editora Edgard Blücher Ltda. 3ªed.. São Paulo, 2013. RICHARD, Courant e ROBBINS, Herbert. O que é a matemática? Ed. Ciência Moderna Ltda. Rio de Janeiro, RJ. 2000.	
Bibliografia Complementar	
DAVIS, Philip J. e HERSH, Ruben. A experiência matemática . Editora Francisco Alves. 4ª. Ed. Rio de Janeiro, 1989. EVES, Haward. Introdução à História da Matemática . Ed, Unicamp. Campinas, São Paulo. 1997. KASNER, Edward e NEWMAN, James. Matemática e Imaginação . Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1976. CARVALHO, Jose M. [et. al.]. História e Tecnologia no Ensino da Matemática . Editora Ciência Moderna. 1ª ed.. São Paulo, 2008. PONTE J. P, BROCADO, J e OLIVEIRA, H. Investigações Matemática em Sala de Aula . Editora Autêntica, Belo Horizonte. 2005.	

Componente Curricular: Cálculo Numérico	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 7º semestre
Ementa	
Estudo de propagação de erros em aritmética de ponto flutuante. Cálculo de raízes de funções algébricas e transcendentais por métodos numéricos. Refinamento de soluções de sistemas. Aproximação de funções. Interpolação polinomial. Integração numérica e resolução de equações diferenciais pelo método Runge-Kutta.	
Bibliografia Básica	
ARENALES, Selma; DAREZZO, Artur. Cálculo numérico: aprendizagem com apoio de software . São Paulo: Thompson, 2008. BARROSO, Leônidas Conceição [et al.]. Cálculo numérico: (com aplicações) . Editora Harbra, 2.ed.. São Paulo, 1987. RUGGIERO, Marcia e LOPES, Vera Lucia da Rocha. Cálculo Numérico – Aspectos Teóricos e Computacionais . Editora Makron Books. 2ª ed. São Paulo, 1996.	
Bibliografia Complementar	
ARENALES, Selma, DAREZZO, Artur. Cálculo Numérico- Aprendizagem com Apoio de Software . Editora Cengage Learning LV, 1ª ed. 2007. FRANCO, Neide Maria Bertoldi. Cálculo Numérico . Editora Pearson, 1ª ed. São Paulo, 2006. LIMA, Antonio Carlos, Burian, Reinaldo. Fundamentos de Informática – Cálculo Numérico . Editora LTC, 1ª ed.. São Paulo, 2007. ROQUE, Valdir. Introdução ao Cálculo numérico . Editora atlas, 2ª ed. São Paulo, 2000. SPERANDIO, Décio [et al.]. Cálculo Numérico . Editora Pearson, 1ª ed. São Paulo, 2003.	

Componente Curricular: Matemática Financeira	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 7º semestre
Ementa	
Regra de sociedade. Porcentagem. Operações sobre mercadoria. Juro e desconto simples. Juro e desconto composto.	
Bibliografia Básica	
ASSAF NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas Aplicações . 9.ed.. São Paulo: Atlas, 2007. CASTELO BRANCO, Anísio Costa. Matemática financeira aplicada: método algébrico, hp-12c, microsoft excel . 2.ed.. São Paulo: Thomson, 2005. ZENTGRAF, Walter. Matemática financeira: com emprego de funções e planilhas-modelo do excel . Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.	
Bibliografia Complementar	
ARRUDA, Sérgio Roberto. Matemática Financeira ao alcance de quase todos . São Paulo: 2ª ed. Sagra, 1996. CRESPINO, Antônio Arnot. Matemática Comercial e financeira fácil . São Paulo: Saraiva, 1996.	

DE FRANCISCO, W. **Matemática Financeira**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
FARO, C. **Fundamentos de Matemática Financeira**. São Paulo: Atlas, 2006.
SOBRINHO, J. D. V. **Matemática Financeira**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado III	
Carga Horária: 60 horas	Período Letivo: 7º semestre
Ementa	
Inserção dos licenciandos em espaços educativos, nas diferentes modalidades e contextos do Ensino Médio. Leitura, análise e discussão da organização curricular da Matemática (sequência de conteúdos, definições, conceitualização e dimensão). Organização do planejamento da prática docente. Planejamento de atividades didático-pedagógicas. Acompanhamento do trabalho docente na escola.	
Bibliografia Básica	
CANDAU, Vera Maria (Org.) Ensinar e Aprender: sujeitos e saberes e pesquisa. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino . RJ: DP&A, 2000. HERNÁNDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho . Artmed, 2001. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.	
Bibliografia Complementar	
BURIOLLA, M. A. F. Estágio supervisionado. São Paulo: Cortez, 2006. DALLA ZEN, Maria I. e XAVIER, Maria L. M. (Org.) Planejamento em Destaque: análises menos convencionais . Porto Alegre: Mediação, 2000. ENGUITA, M. Educar em tempos incertos . Porto Alegre: Artmed, 2004. PIMENTA, Selma G. (Coord.) Pedagogia, Ciência da Educação? São Paulo, Cortez, 1998. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico . São Paulo: Libertad, 1999.	

Componente Curricular: Prática de Ensino de Matemática VII	
Carga Horária: 50 horas	Período Letivo: 7º semestre
Ementa	
Elaboração de propostas de ensino e de materiais didáticos. Análise de livros didáticos de Ensino Médio. Planejamento, experimentação e avaliação de experiências de prática de ensino envolvendo matemática para o Ensino Médio. Construção de recursos didático-pedagógicos com reaproveitamento de materiais, focalizando a educação ambiental e a aplicabilidade da matemática em questões ambientais.	
Bibliografia Básica	
OLIVEIRA, Inês Barbosa de (Org.) Alternativas emancipatórias em currículo . São Paulo: Cortez, 2007. VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula . 11ª. ed. São Paulo: Libertad, 2009. LORENZATO, Sérgio. (Org.) O laboratório de ensino de matemática na formação de professores . Campinas: Autores Associados, 2006.	
Bibliografia Complementar	
CRUZ, C. Ribeiro, U. Metodologia Científica: teoria e prática , Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2004. FIORENTINI, D. y Lorenzato, S. Investigação em Educação Matemática: percursos teórico e metodológico , Campinas, SP: Autores Associados, 2006. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. ANDRÉ, Marli (Org.) O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores . 12.ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. RÊGO, R. M.; RÊGO, R. G. Desenvolvimento e uso de materiais didáticos no ensino de matemática . In: LORENZATO, Sérgio. Laboratório de Ensino de Matemática na formação de professores . Campinas: Autores Associados, 2006.	

8º SEMESTRE	
Componente Curricular: Saberes Docentes e Formação Continuada	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 8º semestre
Ementa	
O saber docente. Saberes da Formação profissional. Saberes disciplinares. Saberes Curriculares. Saberes Experienciais. Saberes da Ação Pedagógica. Construção identitária e saberes docentes. Teorias da Formação de professores. Formação continuada em serviço.	
Bibliografia Básica	
TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional . Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.	

RAMALHO, Betania Leite; GAUTHIER, Clermont; NUNEZ, Isauro. Formar o Professor, Profissionalizar o Ensino. Perspectivas e Desafios. Porto Alegre: Sulina, 2004.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educacional. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
Bibliografia Complementar
ALVES, Rubem. Estórias de quem gosta de ensinar. São Paulo: Papirus, 2009.
CLERMONT, Gauthier et al. Por uma Teoria da Pedagogia - Pesquisas sobre Contemporâneos sobre o Saber. Ijuí: Unijuí, 1998.
IMBERNÓN, Francisco. Formação permanente do professorado: novas tendências. Sandra Trabucco Valenzuela (trad.) São Paulo: Cortez, 2009.
OLIVEIRA, Luzia de Fatima de. Formação Docente na Escola Inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2009.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro; SILVA, Edileuza Fernandes da. (orgs.). A escola mudou. Que mude a formação de professores. Campinas, SP: Papirus, 2010.

Componente Curricular: Fundamentos de Análise Matemática	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 8º semestre
Ementa	
Números reais. Sequências e séries de números reais. Noções de topologia da reta. Limites de funções de uma variável. Continuidade de funções de uma variável. Derivada de funções de uma variável. Integral de funções de uma variável.	
Bibliografia Básica	
ÁVILA, Geraldo. Análise matemática para licenciatura. São Paulo: Blücher, 2013.	
ÁVILA, Geraldo. Introdução à análise matemática. São Paulo: E. Blücher, 1999.	
FIGUEIREDO, D. G. Análise 1. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1996.	
Bibliografia Complementar	
ANTON, Howard. Cálculo - Um Novo Horizonte. v.1. Porto Alegre: Bookman, 2000.	
LIMA, Elon Lages. Curso de Análise. V. 1. Editora Livros Técnicos e Científicos, 1971.	
LIMA, Elon Lages. Análise Real. Coleção Matemática Universitária, v.1. SBM, Rio de Janeiro, 2001.	
SIMMONS, George F. Cálculo com geometria analítica. Volume 2. São Paulo: Pearson, 2008.	
SIMÕES, Vasco. Análise Matemática I. Portugal: Orion, 2009.	

Componente Curricular: Tópicos de Física Elementar	
Carga Horária: 72 horas	Período Letivo: 8º semestre
Ementa	
Cinemática, dinâmica, trabalho e energia. Princípio de conservação (Energia e momentum).	
Bibliografia Básica	
HALLIDAY, David; RESNICK, Robert ; WALKER, Jearl. Fundamentos de Física. 8 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.	
HEWITT, P. G. Física Conceitual. Porto Alegre: Bookman, 2002.	
NUSSENZVEIG, Moyses Herch. Curso de Física básica. 4ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.	
Bibliografia Complementar	
ALVARENGA, B. MÁXIMO, A. Curso de Física v.1,v.2. São Paulo: Scipione, 2000.	
CHAVES, Aloar . Física Básica: mecânica. Rio de Janeiro LTC, 2007.	
FEYMANN, Richard P.; Leighton, Robert B.; Sands, Matthew. Lições de física V.1. Porto Alegre: Bookman, 2009.	
HEWITT, Paul.G. Física Conceitual. 9 ed. Porto Alegre: Bookmam, 2008.	
TIPLER, Paul.A.; MOSCA, Gene. Física V.1 - Mecânica, Oscilações e ondas, termodinâmica . 6 ed. São Paulo: LTC, 2009.	

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado IV	
Carga Horária: 140 horas	Período Letivo: 8º semestre
Ementa	
Regência de classe no ensino médio, nas diferentes modalidades. Análise e discussão da ação docente. Elaboração de relatório de estágio.	
Bibliografia Básica	
CANDA, Vera Maria (Org.) Ensinar e Aprender: sujeitos e saberes e pesquisa. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. RJ: DP&A, 2000.	
DALLA ZEN, Maria I. e XAVIER, Maria L. M. (Org). Planejamento em Destaque: análises menos convencionais. Porto Alegre: Mediação, 2000.	
HERNÁNDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho. Artmed, 2001.	
Bibliografia Complementar	
PIMENTA, Selma G.(Coord.) Pedagogia, Ciência da Educação? São Paulo, Cortez, 1998.	

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Libertad, 1999.
D'AMBROSIO, Ubiratan. **Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática**. 6. ed. São Paulo: Summus, 1986.
D'AMBROSIO, Ubiratan. **Educação matemática: da teoria a prática**. 23. ed. Campinas: Papirus, 2012.
D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

Componente Curricular: Prática de Ensino de Matemática VIII	
Carga Horária: 50 horas	Período Letivo: 8º semestre
Ementa	
Formação continuada do professor de matemática: conhecimento e discussão de produções científicas realizadas em formações continuadas.	
Bibliografia Básica	
TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional . Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. RAMALHO, Betania Leite; GAUTHIER, Clermont; NUNEZ, Isau. Formar o Professor, Profissionalizar o Ensino. Perspectivas e Desafios . Porto Alegre: Sulina, 2004. COSTA, M. V. Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação . Rio de Janeiro: DP&A, 2002.	
Bibliografia Complementar	
BRANDÃO, C. R. A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador . São Paulo: Cortez, 2003. COLL, César. Aprendizagem escolar e construção de conhecimento , Porto Alegre, Arned, 1994. MOREIRA, M. A. Teorias de aprendizagem . São Paulo, EPU, 1999. SANTOS, M. E. V. M. Mudança conceitual na sala de aula . Lisboa, Livros Horizonte, 1991. CESAR, Julio; SANTOS, Furtado dos. Aprendizagem significativa: modalidades de aprendizagem e o papel do professor . Porto Alegre: Mediação, 2008.	

4.13.2. Componentes curriculares eletivos

4.13.2.1. Eletivas Pedagógicas

Componente Curricular: O professor e a gestão democrática	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 7º semestre
Ementa	
Histórico da administração escolar no Brasil. O papel do professor dos diferentes modelos de gestão escolar. A gestão democrática e o professor enquanto gestor escolar. Gestão do pedagógico. Perfil do gestor escolar. Políticas atuais de gestão escolar.	
Bibliografia Básica	
FREIRE, Wendel (Org). Gestão Democrática: reflexões e práticas do/no cotidiano escolar . Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009. HORA, Dinair Leal da. Gestão Democrática na Escola - Arte e Ofício da Participação Coletiva . Campinas São Paulo, Papirus, 1994. LIBANEO, Jose Carlos. Organização e Gestão da Escola - Teoria e Prática . 6ª ed. São Paulo: Editora Heccus, 2013.	
Bibliografia Complementar	
BRZEZINSKI, I. (org). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam . 9ª. ed. São Paulo: Cortez, 2005. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa . 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. LÜCK, Heloísa. A gestão participativa na escola . 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006. PARO, Vitor Henrique. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino . 1ª ed. São Paulo: Ed. ática, 2007. VEIGA, Passos A. Projeto Político Pedagógico da Escola - 29ª Ed. Campinas: Papirus, 2011.	

Componente Curricular: Indisciplina e Mediação de Conflitos em Sala de Aula	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 7º semestre
Ementa	
Indisciplina em sala de aula. Concepções de indisciplina, violência e conflitos. O professor e as situações de conflito. A postura do professor diante do conflito.	
Bibliografia Básica	

AQUINO, G. J. (Org). Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas . São Paulo: Summus, 1996.
PARRAT-DAYAN, Silvia. Como enfrentar a indisciplina na escola . São Paulo: contexto, 2008.
PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. Pais e Educadores: quem tem tempo de educar? Porto Alegre: Mediação, 2007.
Bibliografia Complementar
ANTUNES, Celso. A linguagem do afeto: como ensinar virtudes e transmitir valores . Campinas, São Paulo. Papirus, 2005.
ARAUJO, Carla. A Violência Desce para a Escola: suas manifestações no Ambiente Escolar e a Construção da Identidade dos Jovens . 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
LA TAYLLE, Yves de. (Org.). Indisciplina/disciplina: ética, moral e ação do professor . Porto Alegre: Mediação, 2010.
OLIVEIRA, Maria Izete de. Indisciplina escolar: determinantes, consequências e ações . Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Indisciplina e disciplina escolar: fundamentos para o trabalho docente . São Paulo: Cortez, 2010.

Componente Curricular: Políticas de Educação Profissional	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 7º semestre
Ementa	
As origens da Educação Profissional no Brasil. A educação profissional nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	
Bibliografia Básica	
BATISTA, Eraldo Leme, MULLER, Meire Terezinha. A Educação Profissional no Brasil - História, Desafios e Perspectivas para o Século 21 . Campinas: Alínea e Átomo, 2013	
MANFREDI, Silvia Maria. Educação profissional no Brasil . São Paulo: Cortez, 2002.	
PACHECO, Eliezer. Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica . Brasília: MEC/SETEC, 2010.	
Bibliografia Complementar	
BRASIL. PARECER CNE/CEB Nº 16 de 21 de janeiro de 1999. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico . Brasília: 1999.	
KUENZER, Acácia. Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal . São Paulo: Cortez, 1997.	
SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade . São Paulo: Cortez, 2003.	
MANACORDA, M. A. História da educação: da Antiguidade aos nossos dias . 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.	
SANTOS, E. H. Metodologia para a construção de uma política de formação inicial e continuada de profissionais da educação profissional e tecnológica . Brasília: MEC, 2004.	

Componente Curricular: LIBRAS II	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 7º semestre
Ementa	
Aspectos gramaticais da LIBRAS; Atribuições do Professor e do intérprete de LIBRAS; A comunicação em Língua Brasileira de Sinais; Adaptações necessárias para o processo de ensino aprendizagem do aluno surdo.	
Bibliografia Básica	
NOGUEIRA, Clélia Maria Ignatius. Surdez, Inclusão e Matemática . Curitiba: CRV, 2013.	
PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Libras - conhecimento além dos sinais . São Paulo: Pearson, 2011.	
QUADROS, Ronice Muller de.; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira . Porto Alegre: Artmed, 2004.	
Bibliografia Complementar	
ALMEIDA, Elizabeth Oliveira Crepaldi de. Leitura e Surdez - um estudo com adultos não oralizados . 2.ed. Editora Revinter, 2012.	
BRANDÃO, Flávia. Dicionário Ilustrado de Libras . Editora Global. São Paulo, 2011.	
CAPOVILLA, Fernando Cesar; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira . 3.ed. : Edusp, 2008.	
DORZIAT, Ana. O Outro da Educação: Pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão . Rio de Janeiro: Vozes, 2008.	
FELIPE, T. A. Introdução à Gramática de LIBRAS . Rio de Janeiro: 1997.	

Componente Curricular: Tecnologia da Informação e Comunicação Avançada	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 7º semestre
Ementa	
Os conceitos e as teorias sobre Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). A formação inicial e continuada com o uso de tecnologias. Os tipos de ferramentas virtuais de aprendizagem e sua aplicação no processo de ensino e aprendizagem. Os Objetos Educacionais como instrumentos didáticos. O Ensino a Distância e suas múltiplas possibilidades de ensino não presencial. Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e a inclusão social.	
Bibliografia Básica	
COSTA, José Wilson da; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (Org.). Novas Linguagens e novas tecnologias: educação e sociabilidade . Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. DEMO, Pedro. Formação permanente e tecnologias educacionais . Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. MORAN, José Manoel; MASETTO, Marcos T.; BEHRE NS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica . 21ª ed. rev. e atual. Campinas: Papirus, 2013.	
Bibliografia Complementar	
MOLLICA, Maria Cecília. Sujeitos em ambientes virtuais : Festschriften para Stella Maris Bortoni-Ricardo. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2015. MUNHOZ, Antonio Siemsen. O estudo em ambiente virtual de aprendizagem: um guia prático . 1ª ed. Curitiba: InterSaberes, 2013. (Tecnologias Educacionais) PEREIRA, Alice T. Cybis (Org.). Ambientes virtuais de aprendizagem: em diferentes contextos . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007. FREIRE, Wendel (Org.). Tecnologia e educação: as mídias na prática docente . 2ª ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011. MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. Informática e educação inclusiva: discutindo limites e possibilidades . Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2006.	

4.13.2.2. Eletivas Específicas

Componente Curricular: Matemática Financeira II	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 7º semestre
Ementa	
Sequência de capitais. Capitalização. Amortização de empréstimos.	
Bibliografia Básica	
FORTUNA, Eduardo. Mercado Financeiro: produtos e serviços . Qualitymark Ed., Rio de Janeiro, 2005. HAZZAN, Samuel. Matemática financeira . 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2007. BRUNI, Adriano Leal. Matemática Financeira . 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007	
Bibliografia Complementar	
MATHIAS, Washington Franco; Gomes, José Maria. Matemática financeira: com + de 600 exercícios resolvidos e propostos . 6.ed.. São Paulo: Atlas, 2009. PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada . Ed. compacta. São Paulo: Saraiva, 2006. SAMANEZ, Carlos Patrício. Matemática financeira: aplicações à análise de investimentos . 4.ed.. São Paulo: Pearson, 2007. SAMANEZ, Carlos Patrício. Matemática Financeira . Editora Pearson Education. 5ª ed.. São Paulo, 2010. ELIA, Bruno S. [et. al.]. Matemática Financeira Aplicada . Editora Fundação Getúlio Vargas. 1ª ed.. São Paulo, 2009.	

Componente Curricular: Modelagem Matemática	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 8º semestre
Ementa	
Estudo da Modelagem Matemática como método de pesquisa científica. Elaboração de projetos de modelagem matemática. Construção de modelos matemáticos de diversos fenômenos, incluindo a sua implementação, simulação numérica e análise de resultados e para tanto serão desenvolvidos conceitos e técnicas relacionados a algoritmos numéricos, comandos de repetição, comandos de controle, elaboração, depuração e execução de programas computacionais. Elaboração de procedimentos e/ou programas envolvendo modelos matemáticos e a sua resolução através do uso do computador como ferramenta.	
Bibliografia Básica	
ALMEIDA, Lourdes Werle de. Modelagem Matemática na Educação Básica . 1ª ed. Editora contexto, São Paulo, 2013. BASSANEZI, Rodney Carlos. Ensino-aprendizagem com modelagem matemática: uma nova estratégia . Vol.	

único. São Paulo: Contexto, 2009.
HANSELMAN, Duane C., Bruce C. Littlefield. Matlab 6 Curso Completo . Editora: Prentice Hall Brasil: Edição 1.
Bibliografia Complementar
ANDRADE, Lenimar Nunes de. Introdução a Computação Algébrica com o Maple . Editora: Sociedade Brasileira de Matemática. 2004.
ASCENCIO, Ana Fernanda Gomes, VENERUCHI, Edilene Aparecida. Fundamentos de Programação de Computadores . São Paulo: Prentice-Hall, 2005.
CLÁUDIO, DALCIDIO M. e outros. Fundamentos da matemática computacional . DC Luzzatto, 1987.
FORBELLONE, Luiz Villar, EBERSPACHER, Henri F. Lógica de Programação: A Construção de Algoritmos e Estruturas de Dados . Makron Books, 2005.
SVIERCOSKI, Rosângela F. Matemática aplicada às ciências agrárias: análise de dados e modelos . Viçosa: UFV, 2008.

Componente Curricular: Probabilidade	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 8º semestre
Ementa	
Cálculo de probabilidades. Teorema de Bayes. Variáveis aleatórias discretas. Variáveis Aleatórias contínuas. Distribuições de probabilidades.	
Bibliografia Básica	
MAGALHÃES, Marcos Nascimento e LIMA, Antônio Carlos Pedroso. Noções de Probabilidade e Estatística . 4ª ed. Editora USP. São Paulo, 2002.	
COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira; CYMBALISTA, Melvin. Probabilidades: resumos teóricos - exercícios resolvidos - exercícios propostos . 2. ed. São Paulo: Blücher, 2006.	
HOFFMANN, Rodolfo. Estatística para economistas . 2ª ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1991.	
Bibliografia Complementar	
WITTE, Robert S.; WITTE, John S. Estatística . Tradução de Teresa Cristina Padilha de Souza; revisão técnica Eduardo Benedito Curtolo. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.	
LARSON, Ron; FARBER, Betsy. Estatística aplicada . 4.ed. São Paulo: Pearson, 2010.	
OLIVEIRA, Francisco E. M., Estatística e Probabilidade . 2 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 1999.	
VIEIRA, Sonia. Estatística Básica . São Paulo: Cengage Learning, 2011.	
SPIEGEL, Murray M. Estatística. Coleção schaum . 4 ed. São Paulo: Bookman, 2009.	

Componente Curricular: Variáveis Complexas	
Carga Horária: 36 horas	Período Letivo: 8º semestre
Ementa	
Estudo dos números complexos incluindo operações, representação geométrica, valor absoluto e desigualdades. Teorema de Moivre. Domínio e imagem de funções complexas. Funções harmônicas e conjugadas. Função exponencial e função logarítmica com solução complexa.	
Bibliografia Básica	
IEZZI, Gelzon. Fundamentos de matemática elementar: números complexos, polinômios, equações . 7.ed. São Paulo: Atual, 2005. v.6.	
VILA, Geraldo. Variáveis complexas e aplicações . Rio de Janeiro: LTC, 1990.	
SPIEGEL, M. R. Variáveis complexas . São Paulo: McGraw-Hill, 1977.	
Bibliografia Complementar	
CHURCHILL, Ruel V. Variáveis Complexas e suas aplicações . São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975.	
LEITHOLD, L. O cálculo com geometria analítica . v.1. São Paulo: Harbra & Row do Brasil, 1977.	
BIANCHINI, Edwaldo. Curso de matemática . São Paulo: Moderna, 1994.	
GIOVANNI, José Ruy. Matemática completa . São Paulo: FTD, 2002.	
ANTON, H. Cálculo: um novo horizonte . Volume 2, Porto Alegre: Bookman, 2000.	

5. CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

5.1. Corpo Docente

Para a integralização do curso, estima-se a necessidade de oito docentes com formação específica na área da Matemática, sendo que o *Campus* conta atualmente com três docentes desta área. As cinco vagas

de docentes e uma de docente pedagogo, que ainda precisam ser preenchidas, estão em processo de concurso conforme Edital nº 53/2018 de retificação nº 578/2017.

Além dos docentes com formação específica na área, o *Campus* prevê a atuação de outros 6 (seis) docentes de áreas afins, para atender componentes curriculares como: leitura e produção textual, Física, Filosofia, Psicologia da Educação, entre outros.

O quadro abaixo especifica os docentes da área específica e afins que atualmente estão lotados no *Campus* Frederico Westphalen e que vão atuar no quadro docente do curso de Licenciatura em Matemática.

Nº	Nome	Formação	Titulação/IES
1	Árton Dorneles	Bel. em Ciência da Computação	Doutor em Computação
2	Cleber Mateus Duarte Porciuncula	Licenciado em Matemática	Mestre em Modelagem Matemática
3	Daiani Finatto Bianchini	Licenciada em Matemática	Mestre em Educação nas Ciências
4	Fernando J. Vinhas Sousa Coelho	Licenciado em Física	Mestre em Eng. Mecânica
5	Graciela Fagundes Rodrigues	Licenciada em Educação Especial	Doutora em Educação
6	Graziela da Silva Motta	Licenciada em Ciências Sociais	Mestre em Ciências Sociais
7	Gustavo Ferreira Prado	Licenciatura em Física	Mestre em Educação para a Ciência
8	Leocir Bressan	Licenciado em Filosofia	Mestre em Filosofia
9	Luciane Figueiredo Pokulat	Licenciada em Letras	Doutora em Letras
10	Mariane Martins Rapôso	Licenciada em Artes	Mestre em Educação
11	Renata Zach	Licenciada em Matemática	Mestre em Modelagem Matemática
12	Rodrigo Poggia	Licenciatura em Física	Mestre em Ensino de Física
13	Stephano Hertal Farias Nunes	Bel. em Ciências Econômicas	Mestre em Economia

5.1.1. Atribuições do Coordenador

A Coordenação do Curso Superior em Licenciatura tem por fundamentos básicos, princípios e atribuições assessorar no planejamento, orientação, acompanhamento, implementação e avaliação da proposta pedagógica da Instituição, bem como agir de forma que viabilize a operacionalização das atividades curriculares, dentro dos princípios da legalidade e da eticidade, tendo como instrumento norteador o Regimento Geral e Estatuto do Instituto Federal Farroupilha.

A Coordenação de Curso tem caráter deliberativo, dentro dos limites das suas atribuições, e caráter consultivo, em relação às demais instâncias. Sua finalidade imediata é colaborar para a inovação e aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução da política educacional do Instituto Federal Farroupilha, por meio do diálogo com a Direção de Ensino, Coordenação Geral de Ensino e Núcleo Pedagógico Integrado.

Além das atribuições descritas acima, a coordenação de curso superior segue regulamento próprio aprovado pelas instâncias superiores do IF Farroupilha que deverão nortear o trabalho dessa coordenação.

5.1.2. Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso é o órgão consultivo responsável por: acompanhar e debater o processo de ensino e aprendizagem, promovendo a integração entre os docentes, discentes e técnicos administrativos em educação envolvidos com o curso; garantir à formação profissional adequada aos estudantes, prevista no perfil do egresso; responsabilizar-se com as adequações necessárias para garantir qualificação da aprendizagem no itinerário formativo dos estudantes em curso; avaliar as metodologias aplicadas no decorrer do curso, propondo adequações quando necessárias; debater as metodologias de avaliação de aprendizagem aplicadas no curso, verificando a eficiência e eficácia, desenvolvendo métodos de qualificação do processo, entre outras inerentes às atividades acadêmicas.

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Matemática será composto de acordo com a Instrução Normativa nº 05/2004/PROEN, elaborada e aprovada pela Pró-Reitoria de Ensino e pelo Comitê Assessor de Ensino.

5.1.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante – NDE - é um órgão consultivo, responsável pela concepção, implantação e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores de Graduação do Instituto Federal Farroupilha.

Cada curso de Graduação – Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia - oferecido pelo Instituto Federal Farroupilha deverá constituir o Núcleo Docente Estruturante.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I. contribuir para a consolidação do perfil do egresso do curso;
- II. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III. indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV. zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- V. acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso - PPC, zelando pela sua integral execução;
- VI. propor alternativas teórico-metodológicas que promovam a inovação na sala de aula e a melhoria do processo de ensino e aprendizagem;
- VII. participar da realização da autoavaliação da Instituição, especificamente no que diz respeito ao curso, propondo meios de sanar as deficiências detectadas;
- VIII. acompanhar os resultados alcançados pelo curso nos diversos instrumentos de avaliação externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES - estabelecendo metas para melhorias.

O Núcleo Docente Estruturante está regulamentado por meio da Instrução Normativa nº04/2014/PROEN, elaborada e aprovada pela Pró-Reitoria de Ensino e pelo Comitê Assessor de Ensino.

5.2. Corpo Técnico Administrativo em Educação

Nº	Nome	Cargo	Formação
1	Alexandre Borella Monteiro	Téc. em Assuntos Educacionais	Lic. em História
2	Alfredo Blanco Alves	Almoxarife	Lic. em Agropecuária (Esquema II)
3	Alisson Minozzo da Silveira	Méd. Veterinário	Bel. em Med. Veterinária
4	Ana Paula dos Santos Farias	Técnico em Laboratório	Lic. em Ciências Biológicas
5	Antônio Rogério Cadó Valente	Op. de Máquinas Agrícolas	Curso Téc. em Agropecuária
6	Aristóteles Alves Paz	Téc. em Tec. da Informação	Tecn. em Análise e Des. de Sist.
7	Daniel Veiga Oliveira	Calderista	Bel. em Administração
8	Denise de Quadros	Secretária Executiva	Lic. em Letras
9	Edinéia Filipiak	Assistente em Administração	Lic. em Matemática
10	Eliane Azevedo de Mello	Administradora	Bel. em Administração
11	Fabiana Brum dos Santos	Assistente em Administração	Eng. Mecânica
12	Frederico Cutty Teixeira	Bibliotecário	Bel. em Biblioteconomia
13	Gláucio Ricardo Vivian	Analista de Tec. da Informação	Bel. em Ciência da Computação
14	Ivan Oliveira Sturzbecher	Padeiro	Ensino Médio

15	Jeferson Tonin	Téc. em Agropecuária	Bel. em Agronomia
16	José F. de Souza Fernandes	Téc. em Contabilidade	Bel em Teologia
17	Karina da Silva Machado Leal	Auxiliar de Biblioteca	Lic. em Pedagogia
18	Leandro Adriano Ilgenfritz	Assistente em Administração	Lic. em Ciências (Química)
19	Leonardo de Souza Mauro	Médico	Bel. em Medicina
20	Lia Machado dos Santos	Auxiliar de Biblioteca	Lic. em Letras
21	Maíra Giovenardi	Assistente Social	Bel. em Serviço Social
22	Marcelo Luiz Seibert	Téc. em Agropecuária	Bel em Agronomia
23	Márcio André Löwe	Aux. em Agropecuária	Bel. em Agronomia
24	Marcio G. Trentin Bisognin	Assistente em Administração	Lic. em Matemática
25	Rita Rosane Dias dos Santos	Téc. em Arquivo	Bel. em Arquivologia
26	Sandra de Fátima Kalinoski	Secretária Executiva	Bel. em Letras
27	Sandro Albarello	Assistente em Administração	Bel. em Administração
28	Tiago Perlin	Analista de Tec. da Informação	Bel. em Ciência da Computação

5.3. Políticas de capacitação do corpo Docente e Técnico Administrativo em Educação

O Programa de Desenvolvimento dos Servidores Docentes e Técnico-Administrativos do IF Farroupilha deverá efetivar linhas de ação que estimulem a qualificação e a capacitação dos servidores para o exercício do papel de agentes na formulação e execução dos objetivos e metas do IF Farroupilha.

Entre as linhas de ação deste programa estruturam-se de modo permanente:

- Formação Continuada de Docentes em Serviço;
- Capacitação para Técnicos Administrativos em Educação;
- Formação Continuada para o Setor Pedagógico;
- Capacitação Gerencial.

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, através da Coordenação de Gestão de Pessoas é responsável por articular e desenvolver políticas de capacitação de servidores.

6. INSTALAÇÕES FÍSICAS

O *Campus* oferece aos estudantes do Curso Superior de Licenciatura em Matemática uma estrutura que proporciona o desenvolvimento cultural, social e de apoio à aprendizagem, necessárias ao desenvolvimento curricular para a formação geral e profissional, conforme descrito nos itens a seguir.

6.1. Biblioteca

O Instituto Federal Farroupilha *Campus* Frederico Westphalen, opera com o sistema especializado, Pergamun, de gerenciamento da biblioteca, possibilitando fácil acesso ao acervo que está organizado por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência do curso.

A biblioteca oferece serviço de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados. Além do mais, oferece orientação na organização de Trabalhos Acadêmicos (ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas) e visitas orientadas. As normas de funcionamento da biblioteca estão dispostas em regulamento e no site da página. Atualmente, a biblioteca possui um acervo bibliográfico de aproximadamente 2.815 títulos e 9 mil exemplares. Conta, ainda, com sinal de internet sem fio para acesso dos usuários, 6 mesas de estudos individual, 17 mesas para estudo em grupos e 4 gabinetes de estudo individual/grupo. As normas de funcionamento da biblioteca estão dispostas em regulamento próprio.

6.2. Áreas de ensino específicas

Espaço físico geral	
Descrição	Quantidade
Sala de aula com 35 carteiras, ar condicionado, disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia – Prédio Central.	4
Auditório com a disponibilidade de 300 lugares, projetor multimídia, computador, sistema de caixa acústica e microfones – Prédio do RU.	1
Laboratórios	
Descrição	Quant.
Laboratório de informática geral com 40 computadores, projetor multimídia e climatização. – Prédio Central.	1
Laboratório de estudos e práticas em matemática com 30 carteiras escolares, computador, 3 armários, TV, quadro, projetor interativo e climatização - Prédio DEPEP.	1
Laboratório de física com bancadas eletrônicas, equipamentos de medição, computador, projetor multimídia e climatização - Prédio dos Laboratórios de Ciências.	1

6.3. Áreas de esporte e convivência

Descrição	Qtde
Ginásio poliesportivo com área total de 1000 m ² , arquibancada e salas administrativas.	1
Área de convivência coberta (anexo ao prédio central).	1
Refeitório e Restaurante Universitário com capacidade para servir 1000 refeições.	1

6.4. Áreas de atendimento ao discente

Descrição	Qtde.
Sala para coordenação de curso, com equipamentos de microinformática, mesa de reuniões e climatização - Prédio DEPEP.	1
Sala de reuniões com capacidade para 20 pessoas e equipamento de videoconferência - Prédio Central.	1
Sala de projetos - Prédio DEPEP.	1

Estúdio para gravação de videoaulas (com equipamentos de áudio, iluminação e softwares para edição) - Prédio DEPEP.	1
Gabinete de professores (capacidade para 6 docentes) - Prédio DEPEP.	1
Sala da Coordenação de Assuntos Educacionais (CAE) e Sala da Coordenação de Ações Inclusivas (CAI) - Prédio Central.	1
Sala do Setor de Assessoria Pedagógica, Coordenação Geral de Ensino - Prédio Central.	1
Sala da Coordenação de Registros Acadêmicos com funcionamento ininterrupto em três turnos - Prédio Central.	1

6.5. Áreas de apoio

Descrição	Qtde.
Sala da Coordenação de Tecnologia da Informação e Data Center (prédio central).	1
Sala do setor administrativo (compras, licitações e contratos).	1
Prédio do setor de patrimônio e almoxarifado.	1
Prédio do setor de saúde (enfermaria e consultório)	1

7. REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria nº 1.075 de 30 de dezembro de 2014**. Estabelece a transição do Colégio Agrícola Frederico Westphalen, vinculado à Universidade Federal de Santa Maria, para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

BRASIL, Programa de Consolidação das Licenciaturas Prodocência 2007 – MEC/SESu/DEPEM.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior. **Parecer 1302/2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Matemática, Bacharelado e Licenciatura. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES13022.pdf>> acesso em 11 de abr. de 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 03/2003**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Matemática. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces032003.pdf>> Acesso em 11 de abr. de 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 01/2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em 11 de abr. de 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 04/2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf> Acesso em 11 de abr. de 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno. **Resolução nº 02/2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf&category_slug=agosto-2017-pdf&Itemid=30192> acesso em 11 de abr. de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm> Acesso em 11 abr. 2018

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 25 mar. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 60.731, de 19 de Maio de 1967**. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60731-19-maio-1967-401466-norma-pe.html>> acesso em 11 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 62.178, de 25 de Janeiro de 1968**. Provê sobre a transferência de estabelecimentos de ensino agrícola para Universidades e dá outras providências. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62178-25-janeiro-1968-403729-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 11 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm> acesso em 11 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2011.

BRASIL. **Decreto Nº 9.034, DE 20 DE ABRIL DE 2017.** Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9034-20-abril-2017-784631-publicacaooriginal-152394-pe.html>> acesso em 11 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 627, DE 13 DE JUNHO DE 1969.** Transfere para a Universidade Federal de Santa Maria o pessoal que indica. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-627-13-junho-1969-375792-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 11 abr.2018

BRASIL. **Lei nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> acesso em 11 de abr. de 2018.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm> acesso em 11 de abr. de 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008a.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 24 fev. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 13.409, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13409-28-dezembro-2016-784149-publicacaooriginal-151756-pl.html>> acesso em 11 abr 2018.

BRASIL. **Lei nº 3.215/1957.** Cria a Escola Agrícola de Passo Fundo e a Escola de Iniciação Agrícola de Frederico Westphalen, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3215-19-julho-1957-354839-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 11 abr 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm> acesso em 11 de abr. de 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.795/1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. . Disponível em<<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>> acesso em 11 de abr. de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

BRASIL. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer 28/2001**. Estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>>. Acesso em 11 de abr. de 2018.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Resolução Conselho Superior nº 33/ 2014**. Aprova o regulamento do Núcleo de Elaboração e Adaptação de Materiais/Recursos Pedagógicos – NEAMA.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Resolução Conselho Superior nº 12/2012**. Aprova a Política de Assistência estudantil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Resolução Conselho Superior nº 12/2014**. Dispõe sobre as normas e procedimentos para a mobilidade acadêmica nacional e internacional, no âmbito do IF Farroupilha .

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Resolução Conselho Superior nº 15/2015**. Aprova o regulamento do Atendimento Educacional Especializado do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Resolução Conselho Superior nº 178/ 2014**. Aprova o Projeto do programa de Permanência e Êxito dos estudantes do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Resolução Conselho Superior nº 23/2010**. Aprova o regulamento do Núcleo de estudos Afro Brasileiros e Indígenas-NEABI- do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Resolução do Conselho Superior nº 013/2014**. Diretrizes institucionais para os Cursos Superiores de Graduação.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Resolução do Conselho Superior nº 10/2016**.regulamenta a realização do estágio Curricular supervisionado para os Cursos técnicos de nível Médio, Superiores de Graduação e Pós Graduação.

8. ANEXOS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
REITORIA

RESOLUÇÃO CONSUP N° 009/2018, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Aprova a criação do Curso de Licenciatura em Matemática, *Campus Frederico Westphalen*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando as disposições do Artigo 9º do Estatuto do Instituto Federal Farroupilha e os autos do Processo 23789.000019/2018-79; com a aprovação do Conselho Superior, nos termos da Ata N° 001/2018, da 1ª Reunião Ordinária do CONSUP, realizada em 27 de março de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR a criação do Curso de Licenciatura em Matemática, *Campus Frederico Westphalen*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria, 27 de março de 2018.

CARLA COMERLATO JARDIM
PRESIDENTE

Regulamentos:

- Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

O Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Licenciatura em Matemática foi elaborado considerando a Resolução CONSUP nº 13/2014 e a Resolução CNE/CP nº 10/2011, com atualizações baseadas na Resolução CNE/CP nº 02/2015 e na Resolução CONSUP nº 10/2016.

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, FINALIDADES E OBJETIVOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 01 - O Estágio Curricular é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam cursando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, conforme estabelece o art. 1º da Lei nº 11.788/08.

Art. 02 - Este regulamento visa normatizar a organização, realização, supervisão e avaliação do Estágio Curricular Supervisionado previsto para o Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal Farroupilha, *Campus Frederico Westphalen*.

Art. 03 - A realização do estágio curricular supervisionado tem como objetivos:

- I. Situar o aluno-estagiário na sua função de docente, preparando-o para quando efetivamente o mesmo assumir a posição em sala de aula;
- II. Permitir ao aluno estagiário o conhecimento do funcionamento do ambiente escolar, seja do ponto de vista administrativo (funcionamento da secretaria, da biblioteca, do sistema de compra de materiais e suprimentos) ou do ponto de vista pedagógico (salas de aula e turmas de alunos, reuniões de pais e de professores, atividades docentes, projeto pedagógico escolar, rotinas e hábitos relacionados ao trabalho docente).
- III. Facilitar o ingresso do aluno-estagiário como professor, através dos incisos acima citados;
- IV. Possibilitar a criação de projetos educacionais voltados para o ensino;
- V. Proporcionar ao aluno-estagiário um contato inicial com turmas de Ensino Fundamental e Médio.

CAPÍTULO II

DO CONTATO DO ESTAGIÁRIO COM AS INSTITUIÇÕES CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 04 – O Estágio Curricular Supervisionado deve ser realizado em duas etapas distintas:

I – A primeira etapa, voltada exclusivamente para o Ensino Fundamental.

II – A segunda etapa, voltada exclusivamente para o Ensino Médio.

§ 1º - A viabilização do estágio será de responsabilidade do Departamento de Extensão do Instituto Federal Farroupilha e da Coordenação do Curso de Licenciatura em Matemática.

§ 2º – Os estagiários devem realizar contato com as instituições de ensino, mediante apresentação do Formulário para apresentação de Estagiário constante do anexo I deste documento, o qual deve ser fornecido pelo Professor Orientador.

§ 3º - Formulários institucionais exigidos pelo Instituto Federal Farroupilha, conforme o *Campus*.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO, CARGA HORÁRIA E PERÍODO DE REALIZAÇÃO

Art. 05 – O Estágio Curricular Supervisionado acontecerá a partir do quinto semestre do curso de Licenciatura em Matemática, cuja matriz curricular possui quatro etapas, a saber: Estágio Curricular Supervisionado I; Estágio Curricular Supervisionado II; Estágio Curricular Supervisionado III; Estágio Curricular Supervisionado IV.

- I. A primeira etapa (Estágio Curricular Supervisionado I), oferecido no quinto semestre do curso, tem como finalidade a observação do ambiente e da organização escolar pelo aluno-estagiário, bem como o estudo dos conhecimentos voltados para o ensino de Matemática do ensino fundamental séries finais.
- II. A segunda etapa (Estágio Curricular Supervisionado II), oferecido no sexto semestre do curso, tem como finalidade o exercício efetivo da docência do aluno-estagiário em sala de aula, atuando em turmas do ensino fundamental séries finais, na disciplina de Matemática.
- III. A terceira etapa (Estágio Curricular Supervisionado III), oferecido no sétimo semestre do curso, tem como finalidade a observação do ambiente e da organização escolar pelo aluno-estagiário, bem como o estudo dos conhecimentos voltados para o ensino de Matemática na modalidade Ensino Médio.

- IV. A quarta e última etapa (Estágio Curricular Supervisionado IV), oferecido no oitavo semestre do curso, tem como finalidade o exercício efetivo da docência do aluno-estagiário em sala de aula na disciplina de Matemática, atuando em turmas de Ensino Médio.

Parágrafo Único: É vedada a realização do Estágio Curricular Supervisionado antes do período previsto por este regulamento, devendo ser obedecida a ordem de oferecimento das etapas citadas conforme o decorrer do curso.

Art. 06 – A carga horária total do Estágio Curricular Supervisionado é de 400 horas, as quais serão assim divididas:

I – 60 (Sessenta) horas para o Estágio Curricular Supervisionado I;

§ 1º Das 60 (sessenta) horas mencionadas, 36 (trinta e seis) horas serão designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor supervisor e pelo professor orientador, e 24 (vinte e quatro) horas serão designadas para o reconhecimento do ambiente escolar e da prática pedagógica no Ensino Fundamental, junto às escolas campo do estágio.

§ 2º Das 24 (vinte e quatro) horas designadas ao reconhecimento do ambiente escolar, 16 (dezesesseis) horas deverão ser de efetivo reconhecimento do espaço escolar escolhido pelo aluno-estagiário e, 8 (oito) horas devem ser designadas para a elaboração do relatório de estágio I.

§ 3º Das 36 (trinta e seis) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor supervisor e pelo professor orientador, 22 (vinte e duas) horas serão desenvolvidas com o acompanhamento do professor supervisor; 5 (cinco) horas com o acompanhamento do professor orientador; 5 (cinco) horas de pesquisa e/ou preparação de material e; 4 (quatro) horas para apresentação e discussão dos relatórios de estágio.

II – 140 (cento e quarenta) horas para Estágio Curricular Supervisionado II;

§ 1º Das 140 (cento e quarenta) horas mencionadas, 82 (oitenta e duas) horas serão designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor supervisor e pelo professor orientador, e 58 (cinquenta e oito) horas serão designadas para efetivo trabalho discente junto às escolas e para a elaboração do relatório de estágio II.

§ 2º Das 58 (cinquenta e oito) horas designadas ao trabalho discente no ambiente escolar, 30 (trinta) horas deverão ser de efetivo trabalho discente na escola escolhida pelo aluno-estagiário e, 28 (vinte e oito) horas devem ser designadas para a elaboração do relatório de estágio II.

§ 3º Das 82 (oitenta e duas) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor supervisor e pelo professor orientador, 40 (quarenta) horas serão desenvolvidas com o acompanhamento do professor supervisor; 15 (quinze) horas

com o acompanhamento do professor orientador; 15 (quinze) horas de pesquisa e/ou preparação de material e; 12 (doze) horas para apresentação e discussão dos relatórios de estágio.

III – 60 (sessenta) horas para Estágio Curricular Supervisionado III;

§ 1º Das 60 (sessenta) horas mencionadas, 36 (trinta e seis) horas serão designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor supervisor e pelo professor orientador, e 24 (vinte e quatro) horas serão designadas para o reconhecimento do ambiente escolar no Ensino Médio, junto às escolas campo do estágio.

§ 2º Das 24 (vinte e quatro) horas designadas ao reconhecimento do ambiente escolar no Ensino Médio, 16 (dezesesseis) horas deverão ser de efetivo reconhecimento do espaço escolar escolhido pelo aluno-estagiário e, 8 (oito) horas devem ser designadas para a elaboração do relatório de estágio III.

§ 3º Das 36 (trinta e seis) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor supervisor e pelo professor orientador, 22 (vinte e duas) horas serão desenvolvidas com o acompanhamento do professor supervisor; 5 (cinco) horas com o acompanhamento do professor orientador; 5 (cinco) horas de pesquisa e/ou preparação de material e; 4 (quatro) horas para apresentação e discussão dos relatórios de estágio.

IV – 140 (Cento e Quarenta) horas para Estágio Curricular Supervisionado IV.

§ 1º Das 140 (cento e quarenta) horas mencionadas, 82 (oitenta e duas) horas serão designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor supervisor e pelo professor orientador, e 58 (cinquenta e oito) horas serão designadas para desenvolver o trabalho discente no Ensino Médio e para a elaboração do relatório final de estágio IV.

§ 2º Das 58 (cinquenta e oito) horas designadas ao trabalho discente na escola, 30 (trinta) horas deverão ser de efetivo trabalho discente na escola escolhida pelo aluno-estagiário e, 28 (vinte e oito) horas devem ser designadas para a elaboração do relatório de estágio IV.

§ 3º Das 82 (oitenta e duas) horas designadas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação e planejamento acompanhadas pelo professor supervisor e pelo professor orientador, 40 (quarenta) horas serão desenvolvidas com o acompanhamento do professor supervisor; 15 (quinze) horas com o acompanhamento do professor orientador; 15 (quinze) horas de pesquisa e/ou preparação de material e; 12 (doze) horas para apresentação e discussão dos relatórios de estágio.

Art. 07 – No final de cada etapa, o aluno deverá apresentar um relatório escrito e oral referente às atividades desenvolvidas durante o semestre. A entrega do relatório será feita ao professor supervisor do estágio em data estipulada com a anuência dos orientadores e acadêmicos. A apresentação será feita para uma banca de professores formada pelo professor Supervisor (responsável pela disciplina de Estágio), professor

Orientador (responsável pela orientação do aluno no decorrer do Estágio), o coordenador do curso de Licenciatura em Matemática e um professor Convidado cuja escolha fica a critério do aluno-estagiário e do professor Orientador.

Art. 08 – São Pré-requisitos para realização de Estágio Curricular Supervisionado as seguintes disciplinas:

I – Para o Estágio Curricular Supervisionado I, as disciplinas de;

- Metodologias do Ensino de Matemática I;
- Didática;
- Currículo e Organização do trabalho pedagógico;
- Matemática Básica;
- Geometria Plana.

II – Para o Estágio Curricular Supervisionado II, as disciplina de:

- Metodologias do Ensino de Matemática II;
- Estágio Curricular Supervisionado I

III – Para o Estágio Curricular Supervisionado III, as disciplina de:

- Estágio Curricular Supervisionado II
- Fundamentos de Matemática Elementar I;
- Fundamentos de Matemática Elementar II;
- Geometria Espacial;
- Geometria Analítica;
- Matemática Discreta;
- Estatística Básica;
- Álgebra Linear I.

IV – Para o Estágio Curricular Supervisionado IV, as disciplina de:

- Estágio Curricular Supervisionado III;

Art. 09 – A possibilidade de quebra de pré-requisito é vetada para qualquer etapa do Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 10 – Em atendimento à Resolução CNE/CP nº02/2015, não há nenhuma possibilidade de aproveitamento e/ou redução de carga horária de Estágio Curricular Supervisionado neste curso de formação inicial de professores.

CAPÍTULO IV

DAS ATIVIDADES A SEREM DESEMPENHADAS PELO ALUNO-ESTAGIÁRIO

Art. 11 – O aluno-estagiário irá desempenhar diferentes atividades ao longo do seu Estágio Curricular Supervisionado dividido conforme as etapas previstas no Art. 5 deste texto, e com objetivos definidos nos incisos e parágrafos enaltecidos no mesmo artigo.

Art. 12 – O aluno-estagiário é responsável por contatar um professor orientador e apresentar um plano de estágio antes de efetivamente começar suas atividades junto à escola.

Art. 13 – O aluno-estagiário deve ter 75% (setenta e cinco por cento) de frequência em cada etapa, sendo obrigatoriamente 100% (cem por cento) no que se refere ao reconhecimento do ambiente escolar e ao trabalho efetivo como docente em sala de aula.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 14 - Compete aos estudantes no que se refere ao Estágio Curricular Supervisionado:

- I. Receber no máximo 40 (quarenta) horas de apoio pedagógico do professor supervisor, responsável pelas disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado descritas no Art. 6.
- II. Exercer a docência, em sala de aula, por no máximo 30 (trinta) horas na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado II e no máximo 30 (trinta) horas na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado IV.
- III. Organizar o material didático - pedagógico a ser utilizado no exercício da docência durante as disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado II e de Estágio Curricular Supervisionado IV.
- IV. Apresentar relatórios semanais de suas atividades ao professor Orientador do estágio.
- V. Apresentar o nome do Professor Orientador e o Plano de Estágio a ser desenvolvido em cada estágio, para a coordenação do Curso de Licenciatura em Matemática e para o professor supervisor, no início de cada etapa descrito no Art. 5 deste documento, com no máximo duas semanas pós o início das aulas conforme calendário institucional.

§ 1º O professor orientador preferencialmente deve que ser o mesmo para as etapas I e II e para as etapas III e IV, podendo ser alterado da etapa II para a etapa III.

- VI. Respeitar as regras de comportamento estabelecidas pelo local de ensino onde estará realizando seu Estágio Curricular, preservando a integridade e a ética com os colegas tanto em sala de aula quanto nas dependências escolares.

§ 1º Durante as observações em sala de aula, o aluno só poderá interferir no andamento da aula quando for convocado pelo professor regente de classe.

- VII. Ao final de cada etapa, imprimir e entregar exatamente o número de cópias do relatório de estágio para a banca examinadora.
- VIII. Desenvolver todas as atividades previstas no Art. 5, junto de seus incisos e parágrafos.

Art. 15 - São atribuições do Professor Orientador:

- I. Organizar o Plano de Estágio do seu aluno-estagiário.
- II. Encaminhar o Plano de Estágio ao professor supervisor de cada etapa.

§ 1º Cada plano de estágio deverá conter o que o aluno irá desenvolver durante a etapa que está cursando. Nele, serão dadas as atribuições como: observação da turma; observação da escola; preparação de listas de exercícios; atendimento especial para alunos com deficiência e/ou dificuldades;

§ 2º O plano de estágio é único e exclusivo para cada aluno, não podendo haver cópias idênticas dentro de uma mesma turma.

- III. Realizar e registrar reuniões semanais com o aluno-estagiário.
- IV. Verificar mensalmente o controle e a assiduidade do aluno-estagiário e dos relatórios por ele apresentado ao seu professor orientador
- V. Pelo menos uma vez a cada semestre (uma vez para cada etapa) participar das atividades que o aluno-estagiário realiza na escola.
- VI. Participar como membro da banca examinadora do relatório de estágio apresentado pelo seu aluno-estagiário ao final de cada etapa.

Art. 16 - São atribuições do Coordenador do Curso em relação ao Estágio Curricular Supervisionado:

- I. Contatar e divulgar aos alunos-estagiários as escolas campo para realização do Estágio Curricular Supervisionado.
- II. Encaminhar os alunos-estagiários para as escolas campo nas quais pretendem realizar os Estágios Curriculares Supervisionados.
- III. Divulgar em sala de aula o regulamento dos Estágios Supervisionados.

- IV. Participar como membro da banca examinadora do relatório de estágio em todas as etapas do Estágio Curricular Supervisionado.
- V. Ser responsável por eventuais problemas que por ventura possam acontecer com o aluno-estagiário durante a realização do seu Estágio Curricular Supervisionado, buscando soluções para os mesmos e, relatando-os para a Direção de Ensino, caso seja necessário.

Art. 17 - São atribuições do Professor Supervisor em relação ao Estágio Curricular Supervisionado:

- I. Apresentar a etapa de Estágio para o aluno-estagiário, desenvolvendo o plano de ensino por ele admitido.
- II. Receber o plano de estágio do aluno-estagiário.
- III. Desenvolver em sala de aula conteúdos que propiciem ao aluno-estagiário suporte para a construção de seu Estágio Curricular, através de textos, discussões em grupos, vídeos de apoio, entre outros.
- IV. Fazer o registro no caderno de chamada da assiduidade de cada aluno-estagiário.
- V. Organizar as bancas e enviar os relatórios de estágio para todos os membros da banca de avaliação do Estágio Curricular.
- VI. Ser o presidente da banca de avaliação do Estágio Curricular em cada etapa.

Art. 18 – Os orientadores de estágio devem ser graduados em Licenciatura em Matemática e ter, preferencialmente, a formação como mestre em área relativa ou afim ao curso.

CAPÍTULO VI

DO NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS POR ORIENTADOR

Art. 19 – Cada orientador poderá ter no máximo 5 (cinco) alunos-estagiários orientados.

Parágrafo único - Caso haja um número de alunos superior ao número previsto no caput deste artigo, a divisão será equitativa entre os docentes.

Art. 20 – O orientador será escolhido pelo aluno-estagiário.

Art. 21 – Cabe ao orientador escolhido a decisão de orientar ou não o aluno-estagiário, respeitando o número máximo previsto no Art. 19 deste texto.

CAPÍTULO VII DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Art. 22 - O Relatório do Estágio Curricular Supervisionado é o documento que sistematiza as atividades desenvolvidas durante cada etapa desenvolvida.

§ 1º - O relatório que trata o caput deste artigo deve ser organizado observando o Roteiro para elaboração do relatório de estágio constante do anexo III deste regulamento e as orientações do Professor Orientador do estágio.

§ 2º – Ao final de cada um das quatro Etapas ou Estágios do curso o aluno-estagiário deverá entregar o relatório de estágio ao Professor Supervisor, no prazo estabelecido por este, o qual deverá registrar o recebimento na presença do estudante.

CAPÍTULO VIII DO PROCESSO AVALIATIVO

Art. 23 – A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado ocorrerá de forma somativa, organizada a partir de três critérios principais:

- I. Avaliação das atividades realizadas pelo aluno-estagiário, feita pelo professor supervisor, através de instrumentos utilizados pelo professor em sala de aula. Esta avaliação constitui 30% (trinta por cento) da nota final do aluno.
- II. Avaliação do relatório produzido e da apresentação realizada ao final do estágio. Esta nota será dada pela banca examinadora e constitui 40% (quarenta por cento) da nota final do aluno.
- III. Avaliação qualitativa, definida por critérios estabelecidos pelo professor supervisor e pelo professor orientador. Esta nota constitui 30% (trinta por cento) da nota final do aluno, sendo distribuídas 15% (quinze por cento) para o professor supervisor e 15% (quinze por cento) para o professor orientador.

§ 1º A apresentação do relatório de estágio será feita em data previamente divulgada pelo coordenador do curso de Licenciatura em Matemática, preferencialmente no final de cada semestre e divulgada em local público de acesso a todos os alunos-estagiários.

§ 2º O aluno que não cumprir 100% (cem por cento) das atividades previstas no Art. 14 não poderá apresentar relatório de estágio perante banca examinadora, sendo automaticamente considerado reprovado na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24 – É de exclusiva responsabilidade do aluno-estagiário cumprir as atividades assinaladas no caput deste documento, bem como ser aprovado nas disciplinas pré-requisito de cada etapa do Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 25 – A matrícula em Estágio Curricular Supervisionado implica no reconhecimento e na aceitação por parte do aluno-estagiário das obrigações previstas neste regulamento.

Art. 26 – É compromisso do coordenador do curso de Licenciatura em Matemática, fazer cumprir as normas e datas estabelecidas para a organização do Estágio Curricular Supervisionado em todas as etapas.

Art. 27 – O relatório final de estágio não se caracteriza e não pode ser utilizado como Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 28 – Toda a documentação referente ao Estágio Curricular Supervisionado deverá ser mantida em posse da coordenação do curso de Licenciatura em Matemática.

Art. 29 – Os casos omissos serão analisados pelo Colegiado do Curso Licenciatura em Matemática desta Instituição.

Frederico Westphalen - 2018

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE ESTAGIÁRIO

(para anexar nos arquivos do estagiário)

Nome:	
Curso: Licenciatura em Matemática	
Semestre:	Ano:

Prezado(a) Dirigente (a),

Eu _____, estudante do Curso de Licenciatura em Matemática, do Instituto Federal Farroupilha, matrícula nº _____, venho por meio deste solicitar a Vossa autorização para a realização do Estágio _____ nesta Instituição.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do Estudante

Assinatura do Professor(a)
Orientador(a) de Estágio

Espaço para considerações da Empresa/Instituição pretendida para estágio:

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura e Carimbo do Responsável pela Empresa/Instituição

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE ESTAGIÁRIO

(para deixar na Instituição de estágio)

Nome:	
Curso: Licenciatura em Matemática	
Semestre:	Ano:

Prezado(a) Dirigente (a),

Eu _____, estudante do Curso de Licenciatura em Matemática, do Instituto Federal Farroupilha, matrícula nº _____, venho por meio deste solicitar a Vossa autorização para a realização do Estágio _____ nesta Instituição.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do Estudante

Assinatura do Professor(a)
Orientador(a) de Estágio

FICHA DE REGISTRO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Nome: _____

Curso: _____

Semestre: _____ Ano: _____

Professor(a) Orientador(a) de Estágio: _____

Estágio realizado: _____

REGISTRO DE ATIVIDADE DE ESTÁGIO

DATA	ATIVIDADE DESENVOLVIDA	CARGA HORÁRIA	ASSINATURA

_____/_____/_____

Assinatura do Estudante

Assinatura do Professor(a)
Orientador(a) de Estágio

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO

Quanto aos aspectos de formatação, o Relatório deve conter:

- Capa com os dados da Instituição que oferta o curso
- Nome do curso
- Título do Estágio e semestre do curso que pertence o estágio
- Nome do Estagiário
- Nome do Orientador de Estágio
- Cidade, mês e ano
- Sumário

Para formatação do texto, utilizar fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5. Consultar a ABNT quanto à formatação das citações, referências, tabelas, quadros, entre outros. Começar a numeração a partir da primeira folha da introdução, considerando as páginas anteriores para a contagem.

Quanto aos componentes do relatório:

- **Introdução:** apresentar o conteúdo do relatório, devendo identificar o local onde foi realizado o estágio e o objetivo do estágio. Para identificar o local de realização de estágio, apresentar sucintamente o histórico da Instituição, as características dessa Instituição, localização, níveis de ensino e modalidades ofertadas, número de alunos, turmas e profissionais envolvidos, quando se tratar de Instituição de ensino. Orienta-se que o relatório de estágio seja escrito na primeira pessoa do singular.
- **Desenvolvimento:** Relatar o que foi planejado para o estágio, por que e como se deu o desenvolvimento deste planejamento. Refletir sobre o desenvolvimento das atividades de estágio e fundamentar teoricamente. O desenvolvimento poderá apresentar subtítulos a fim de melhor apresentar as atividades desenvolvidas.
- **Conclusão:** Apresentar as contribuições da realização do estágio para sua formação, os desafios encontrados e as estratégias para a superação.
- **Referências:** Listar as referências utilizadas na escrita do relatório.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.